

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BASTOS, Marcio Thomaz . Márcio Thomaz Bastos II (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 8min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Márcio Thomaz Bastos II
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Renato Vilela;

Levantamento de dados: Angela Moreira Domingues da Silva; Rafael Barros de Oliveira; Renato Mafei R. Queiroz; Renato Vilela;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Moreira Domingues da Silva;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Ignorado;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 09/11/2011 a 08/12/2011

Duração: 3h 8min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 4; MiniDV: 4;

Temas: Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988; Atividade profissional; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Constituição federal (1988); Direito; Direito constitucional; Diretas já (1984); Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Formação acadêmica; Governos militares (1964-1985); Ordem dos Advogados do Brasil; Participação política; Partido dos Trabalhadores - PT; Poder judiciário; Redemocratização; Reforma judiciária; Sistema jurídico; Trajetória política;

Sumário

1ª Entrevista: 09.11.2011

Arquivo 1: Apresentação do projeto.

Arquivo 2: A aproximação com a advocacia criminal; a experiência profissional na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo; a importância da participação da OAB no comício das Diretas Já; a assunção da presidência da Ordem em Brasília e as demandas para a Constituinte; a criação de uma comissão de juristas para a formulação dos princípios constitucionais; os princípios do Conselho Nacional de Justiça formulados em 1987; a recepção de um órgão de fiscalização exterior ao Judiciário pelos magistrados e juízes; uma mudança de consciência da sociedade e dos juristas quanto às reformas do judiciário; a criação da Secretaria de Reforma do Judiciário; reflexões sobre uma modernização do Poder Judiciário; o Prêmio Innovare e as novas perspectivas dentro do âmbito jurídico; a graduação no curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP); a grade curricular de Direito em fins da década de 1950; as leituras da área de Direito marcantes em sua formação; os professores do Direito e as dinâmicas de sala de aula; o discurso de Carlos Lacerda em 1954 na USP; os impactos dos acontecimentos políticos na socialização dos estudantes de Direito; os professores e colegas marcantes do Direito na USP; reflexões sobre o convívio entre vida acadêmica e vida política; as primeiras experiências num júri em Cruzeiro; o cargo de solicitador acadêmico; o trabalho como júri no interior de São Paulo.

Arquivo 3: Reflexões sobre o curso de Direito oferecido em todo o país; a mudança de status com relação à importância dos profissionais de Direito; a linguagem específica do Direito; a necessidade de uma linguagem rebuscada na área jurídica; a importância de Rui Barbosa no como um grande jurista brasileiro.

2ª Entrevista: 08.12.2011

Arquivo 1: O retorno a Cruzeiro e a experiência profissional na área do Direito; o enfoque em Direito Penal; o primeiro júri aos 24 anos de idade; a abertura do escritório de advocacia em São Paulo; o trabalho como júri da Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp) concomitante

à assistência judiciária gratuita; os casos marcantes enquanto júri; a midiaticização dos casos influenciando na boa reputação enquanto júri; a carreira na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a presidência da OAB de São Paulo nas manifestações das Diretas Já; a participação no tribunal Tiradentes; a crítica empreendida contra a Lei de Segurança Nacional no tribunal Tiradentes; o processo de convocação da Constituinte em fins do mandato presidencial da OAB; os questionamentos suscitados sobre a Assembleia Constituinte; a participação da OAB na formulação dos princípios da Constituição de 1988; a defesa da OAB para a criação de um órgão de controle externo do Judiciário; o prêmio Innovare do Poder Judiciário; o processo de seleção dos premiados do Judiciário; a informatização como uma ferramenta inovadora inserida no âmbito judiciário; a questão da preservação de documentos jurídicos; reflexões sobre os avanços e limites da Constituição de 1988.

Arquivo 2: A trajetória da OAB no âmbito político ao longo do tempo; a participação na Comissão Brasileira de Anistia; as divergências políticas entre os advogados da OAB; a relação próxima com os candidatos às eleições presidenciais de 1989; o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula); a conciliação dos cargos na OAB com o cotidiano da advocacia criminal; a tortura de advogados de presos políticos durante a ditadura militar; o cargo de vereador pelo Partido Social Progressista (PSP) em 1964; a breve vida política na época da ditadura militar; reflexões sobre o programa de criminalização inaugurado a partir da década de 1980; a participação de acadêmicos em comissões para a revisão de códigos jurídicos; o aumento das atribuições das Forças Armadas no combate à criminalidade; a relação entre suas orientações políticas e atuação profissional na advocacia; a formação do governo paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1990; as possibilidades de articulação entre medidas do gabinete paralelo e medidas governamentais; as medidas de distribuição de renda do governo Lula; o convite para o Ministério da Justiça do PT; as reformas levantadas pela atuação como Ministro da Justiça; a reforma do Judiciário como um ponto relevante de sua atuação ministerial.

Arquivo 3: As reformas propostas que não foram consolidadas em seus tempos de ministro da Justiça; avaliação sobre seu legado profissional no Direito; atributos necessários para caracterizar um bom jurista.

1ª Entrevista: 09.11.2011

Ângela Moreira - São Paulo, 09 de novembro de 2011, primeira entrevista com o dr. Marcio Thomaz Bastos a cargo dos pesquisadores Ângela Moreira e Renato Vilela para o projeto Trajetória e Pensamento de Grandes Juristas Paulistas, desenvolvido pelo CPDOC e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

Márcio Bastos - De todo modo, eu acho que aí é que eu tive inoculado esse germe de advogado, de advogar no crime, fazer júri, porque eu fiquei tão encantado com aquilo, achei uma coisa tão maravilhosa a defesa.

Renato Vilela - Começou muito cedo então?

M.B. - É.

R.V. - A ideia, pelo menos.

M.B. - Eu não sei, viu, às vezes eu penso que estou fantasiando um pouco, mas acho que não estou porque eu lembro direitinho disso. Outro dia eu conversei com o Clemente Hungria, falei: “Clemente, você lembra?”, ele falou: “Claro que lembro, você era menino, tal, você participou dos jantares, dos dois jantares, você estava lá mesmo, você assistiu um pedaço do júri, o juiz te tirou depois.” Ele lembrava de tudo. Então é verdade, foi assim que eu comecei advogar, e aí vim para São Paulo. Vim para São Paulo em 1970 mais ou menos, aí fiquei. Fiquei aqui advogando bastante, advoguei na Procuradoria de Assistência Judiciária aqui, que era a antecessora da Defensoria Pública aqui, fiz muito júri de réu pobre, também foi uma escola importante para mim, porque você não escolhe o júri, não é? São aqueles que são distribuídos para você. Tem júri de todo tipo. Teve uma época que eu fazia... 1971, 1972, 1973, eu fazia três juris por semana, segunda, quarta e sexta. Eu achava uma delícia aquilo, gostava, vibrava. Parecia que era um dia de folga meu, que eu não ia trabalhar porque ia fazer

júri. Então para mim isso sempre teve esse lado lúdico, brincalhão de uma atividade, uma atividade prazerosa. E aí foi indo, fazendo advocacia. Depois comecei a trabalhar na OAB, trabalhei bastante na OAB, acabei presidente da OAB aqui em São Paulo num momento bonito da história do Brasil que foi a campanha das “Diretas Já”, em 1984. Eu outro dia vi um retrato aí na mão de uma pessoa que me mostrou, de eu falando no comício das “Diretas Já”, porque aquele comício da Praça da Sé, o segundo, teve um primeiro do PT no Pacaembu, depois teve o da Praça da Sé que o Montoro¹ organizou. Aí estava o Lula², estava o Brizola³, o Tancredo⁴, Fernando Henrique⁵. Fernando Henrique era o animador da festa, do comício assim. E eu fui encarregado de falar pela sociedade civil e aí fui. Nunca vi tanta gente, tanta alegria, uma coisa assim...

A.M. - Uma causa única, não é?

M.B. - Uma causa única, pois é. E para a ordem aquilo foi importante, para a OAB, porque foi pela primeira vez que a OAB foi num comício. Ela tinha aquele pudor assim de não ir a comícios, de não participar de manifestações coletivas, nada. Então foi a primeira vez. Inclusive tive assim um problema depois no conselho, foi questionado esse fato de eu ter ido, de eu ter falado.

A.M. - Mas nessa ocasião o senhor era o presidente?

¹ Andre Franco Montoro (1916 - 1999). Formou-se em Direito na Universidade de São Paulo e Filosofia e Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (atual PUC-SP). Foi professor universitário e teve uma longa carreira política: vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, ministro do trabalho e governador do estado de São Paulo.

² Luiz Inácio Lula da Silva. Foi metalúrgico, sindicalista, deputado federal por São Paulo e Presidente da República por duas vezes (entre os anos de 2003 e 2011). É co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

³ Leonel de Moura Brizola (1922-2004). Foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual e governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro.

⁴ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Foi advogado, empresário, primeiro-ministro de 1961 a 1962, ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1953 a 1954, ministro da Fazenda em 1962, e governador do estado de Minas Gerais de 1983 a 1984.

⁵ Fernando Henrique Cardoso. Sociólogo e cientista político. Foi senador, ministro das relações exteriores, ministro da fazenda e presidente do Brasil por duas vezes (1995 a 2002).

M.B. - Eu era o presidente, em 1984. Eu fui presidente de 1983 a 1985 aqui. Aí, o que mais? Continuei advogando. Começavam a aparecer os casos de colarinho branco, os casos de crimes financeiros, foi nessa época.

A.M. - É, esse é um dos tópicos da nossa conversa.

M.B. - Eu comecei a trabalhar nisso também, logo. Teve um caso famoso aqui, o primeiro grande caso disso, onde eu trabalhei, isso foi em 1985, logo que veio a Nova República, parecia que a salvação do Brasil era prender aquela pessoa. E aí eu trabalhei bastante nisso e continuei depois fazendo paralelamente uma carreira na OAB, aí eu fui para o Conselho Federal. E acabei presidente do Conselho Federal em 1987 e 1989, onde eu peguei a Constituinte, que também foi uma experiência *interessantíssima*.

A.M. - Seja, nos dois momentos que o senhor foi presidente foram momentos de...

M.B. - Estavam momentos de cidadania importantes assim. Quando eu tomei posse na presidência da Ordem, primeiro dia que eu assumi... a gente mudou para Brasília, no meu mandato. Eu já assumi em Brasília. Eu tinha combinado com o antigo presidente, ele despachou tudo que tinha no Rio, fechou os arquivos. Porque os cariocas não queriam que mudasse para Brasília, eram grandes advogados que tinham no Rio, não queriam, eles não queriam ir para Brasília, queriam ficar no Rio mesmo. Talvez fosse mais apazível, seguramente era mais. Eu fui vice-presidente da Ordem quando ela era em Brasília. No primeiro dia que eu fui assumir a presidência da Ordem em Brasília, eu levei um susto porque tinha 15 convites para falar nas subcomissões das Constituintes, sobre os mais diversos temas. Eu entrei em pânico, falei: “Meu Deus”. Era assim, Forças Armadas, direitos humanos, Previdência, tudo, tudo de que uma constituição trata, eles estavam convidando o presidente da Ordem.

A.M. - E eram temas que há muito, durante 21 anos, ficaram de certa forma concentrados em uma classe, porque tinha um setor político muito específico.

M.B. - Reprimidos. Exatamente, exatamente. Aí nós montamos um grupo maravilhoso, eu lembro até hoje, de pessoas muito talentosas assim, que a gente chamou um pouco pernosticamente de *Bureau* de Acompanhamento Constitucional ou *Bureau* de Estudos Constitucionais. Era um grupo informal de seis advogados, juristas, professores de direito que

me ajudavam nisso. A gente se reunia uma vez por semana e eles me sabatinavam, me preparavam, a gente discutia. A parte do art. 5 da Constituição de direitos, em grande parte foi feito pela gente. A parte dos advogados, você vê que tem muito advogado na Constituição, muitas menções aos advogados, foi por causa dessa atuação desse grupo aí que tinha pessoas brilhantíssimas: Marília Muricy⁶, Rafael Correia de Oliveira, eram pessoas maravilhosas, Marcello Lavenère Machado⁷, era um grupo muito talentoso.

A.M. - E heterogêneo.

M.B. - Heterogêneo. Todo mundo um pouco puxando para a esquerda. Naquela época todo mundo era esquerda. Saindo daquela ditadura do regime militar, todo mundo pedia para a esquerda. Aí que começaram as divergências depois [risos]. Até aquela época todo mundo estava de acordo, não é? Então foi uma experiência *muito interessante*, porque realmente eu acompanhei e teve ali algumas medidas seminais, inaugurais que a gente tentou passar, algumas a gente conseguiu outras não conseguimos. Por exemplo, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça que está aí hoje funcionando é exatamente o Conselho Nacional de Justiça, com a modificação que teve que ser negociada de quórum assim, que a gente desenhou lá, em 1987. As duas funções do Conselho, que estão na emenda constitucional 45 de 2004 são aquelas que foram escritas em 1987.

A.M. - Conservam os mesmos...

M.B. - É o planejamento estratégico econômico, financeiro e a fiscalização do cumprimento dos deveres funcionais, são as duas funções do Conselho transcritas na emenda e que são o nosso projeto. O nosso projeto não passou por um triz, porque passou na subcomissão de sistematização; quem apresentou foi o Nelson Jobim⁸, o Nelson Jobim ajudou muito nisso, ele era deputado de primeiro mandato. E depois na comissão de sistematização não passou, e,

⁶ Marília Muricy. Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e procuradora do Estado. Integrou a Comissão de Ética Pública da Presidência.

⁷ Marcello Lavenère Machado. Advogado. Professor de Direito Civil na Universidade de Brasília - UnB. Professor da Escola Superior do Ministério Público. Foi presidente do Conselho Federal da OAB.

⁸ Nelson Azevedo Jobim. Advogado e professor universitário. Foi deputado federal constituinte, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, ministro da justiça, ministro do Supremo Tribunal Federal e, atualmente, ocupa o cargo de ministro de defesa.

curiosamente, o relator da comissão tinha sido presidente da OAB, ele era deputado na época, Bernardo Cabral⁹. Ele votou contra, ele votou contra e a gente perdeu por dois ou três votos dentro da comissão de sistematização que detinha o poder de escrever a Constituição. Então o Conselho Nacional de Justiça caiu. Naquele momento não havia uma consciência de que se precisasse de um controle externo do Poder Judiciário, essa era uma consciência que os advogados tinham, mas a sociedade não tinha. Então a representação ali na Constituinte, na Assembleia Constituinte não tinha; tinha muita gente que era contra. Mesmo dentro da OAB tinha muita gente que era contra, achava assim que não era devido, que era uma interferência indevida.

A.M. - E os magistrados e juízes?

M.B. - Os magistrados tinham *horror*. Os magistrados tinham horror. Eu me lembro que o presidente de então da Associação dos Magistrados Brasileiros quando passou na subcomissão de Poder Judiciário a o CNJ ele chegou a chorar. Ele era grande amigo meu. Ele veio falar comigo chorou, falou: “Se isso passar eu me aposento amanhã. É um absurdo essa interferência indevida...” Eles tinham uma posição muito fechada. Hoje não, hoje você vê muitos juízes a favor do CNJ, que trabalharam para que o CNJ existisse e tal. Eu tive a coincidência de ter sido ministro da Justiça num momento que a gente passou, depois de uma longa negociação que foi feita, multipartidária, foi relatado até por um engenheiro, não pelo advogado que era o então senador José Jorge¹⁰ de Pernambuco, e acabamos passando a emenda constitucional 45, que entre outras coisas importantes criou o Conselho Nacional de Justiça, com o mesmo desenho de 1987, foi em 2004, então foi bastante tempo entre um e outro, não é? 17 anos.

A.M. - O senhor atribui essa mudança de mentalidade dos magistrados a uma nova consciência, a um trabalho da sociedade?

M.B. - Eu acho que foi um trabalho da sociedade e um trabalho deles mesmos. Ainda tinha muita resistência. Eu vou te dar um exemplo disso. Eu me lembro que quando eu fui para o

⁹ José Bernardo Cabral. Advogado e professor. Foi deputado federal, deputado estadual, senador e ministro da justiça.

¹⁰ José Jorge de Vasconcelos Lima. Formado em engenharia mecânica e economia. Foi professor universitário, deputado federal e senador.

ministério eu combinei com o presidente de montar no Ministério da Justiça... Os ministérios são divididos, tem o ministro e embaixo dele tem as secretarias e a gente criou uma secretaria de reforma do Judiciário. Eu tive resistências dentro da máquina burocrática do Executivo. Eles achavam que o nome era uma provocação. Eu falei: “Mas é para fazer uma provocação, é para suscitar a questão.”

A.M. - O debate.

M.B. - O debate. E acabou ficando. Então foi criada a Secretaria de Reforma do Judiciário; para lá foi um rapaz daqui que era um talento que ajudou demais nisso que é o Sergio Renault¹¹, é um advogado daqui de São Paulo. Eu custei para convencê-lo a ir, porque ele não queria, não queria. Eu falei: “Mas eu fui, por que você não vai?” Ele falou: “Não sei, eu tenho família...”. Eu falei: “Eu também tenho.” [risos] Ele acabou indo e fez um trabalho importantíssimo. Foi uma conjunção muito feliz, porque o Nelson Jobim que era comprometido com essa tese estava na presidência do Supremo, nesse momento. E tinha uma porção de gente, da Fundação Getulio Vargas, Joaquim Falcão¹², no Instituto Vitor Nunes Leal o José Geraldo Piquet Carneiro¹³, uma porção de gente intelectualizada, preparada e comprometida com esse tema. E aí a gente conseguiu desencravar a emenda que estava há 12 anos circulando pelo Congresso, e fazendo negociação. Negociação que mudou quórum e tudo, mas criou o CNJ. Eu acredito, ainda hoje, com todas as desavenças que eu tenho na advocacia, com a maneira do CNJ muitas vezes, eu estou num caso agora que eu estou brigando lá com eles, mas eu considero a única esperança de realmente haver uma modernização do Poder Judiciário. A transformação dele do que ele é para aquilo que ele deve ser.

A.M. - Na sua concepção o que que ele deve ser?

¹¹ Sergio Renault. Advogado. Foi titular da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

¹² Joaquim Falcão. Diretor da FGV Direito Rio.

¹³ João Geraldo Piquet Carneiro. Advogado. Ocupou muitos cargos na administração pública.

M.B. – Ah, ele deve ser uma justiça mais perto do povo, mais barata e principalmente abandonar, por uma política de gestão moderna, abandonar as velhas rotinas, assim, heranças desse peso ibérico que a gente carrega assim...

A.M. - Notarial...? Garantismo?

M.B. - Notarial, de cartório, a lentidão, as velhas rotinas, trocar isso tudo e fazer novas. Não é? Nós temos um prêmio... Sexta-feira a gente vai atribuir esse prêmio, que chama Innovare, hoje é um instituto chamado Instituto Innovare¹⁴. Que é exatamente para isso, para cuidar da gestão do Poder Judiciário. A gente procura identificar, premiar e difundir práticas inovadoras, criativas em matéria de Poder Judiciário. E eu acho que esse é o fundamental, o problema do Poder Judiciário não é mais lei, a reforma Constitucional dele foi feita com a emenda 45, a reforma infraconstitucional está mais ou menos feita, porque os códigos hoje estão melhores do que estavam, teve uma reforma em 2008, nas regras do jogo, no processo penal, no processo civil, no processo trabalhista, de modo que o que precisa agora é mudar a máquina, mudar a máquina no sentido de informatizá-la cada vez mais e encontrar maneiras criativas de prestar jurisdição para sair dessa lentidão, dessa demora. Isso envolve uma mudança na mentalidade, uma mudança cultural mesmo. Quando eu falo em juiz eu fico à vontade para falar porque eu não acho que eu não seja parte do problema, acho que sim, todos nós somos parte do problema que lidamos com as ações, com os problemas, com as partes e com tudo. Mas é preciso acabar essa cultura cartorial, lenta, demorada, burocrática, cara, precisa trabalhar mais, precisa trabalhar com mais inteligência, tudo isso, não é? Então eu acho que o CNJ é o eixo dessa revolução. Talvez seja o único instrumento, a única ferramenta que nós tenhamos para efetivamente fazer essa mudança, transformar o Poder Judiciário num poder ágil, num poder com práticas de prestação da sua função pensando no consumidor e não pensando neles mesmos. Porque a Constituição de 1988 liberou uma litigiosidade que estava reprimida muito, então hoje está tudo congestionado, mas o Poder Judiciário já tem os instrumentos para sua própria redenção. O maior dos quais, na minha opinião, é o CNJ. Tem a súmula vinculante, tem a repercussão geral. Eu acho essa emenda Peluso um desastre, eu acho que ao invés de resolver ela vai complicar, ela vai atulhar mais

¹⁴ Ver: *Prêmio Innovare*. Disponível em: <<https://www.premioinnovare.com.br/inscricoes>>. Acesso em: 17 de abr. de 2020.

os tribunais de recursos. Então eu penso que agora a grande questão do Poder Judiciário é uma questão dele se tirar ele mesmo do marasmo, assim, pelos próprios cabelos.

A.M. - Agora é uma reforma interna.

M.B. - Uma reforma interna. Uma revolução que já vem sendo feita. Quando a gente trabalha no Inovare... sexta-feira vai ter uma reunião de atribuição dos prêmios, então você vê todas as práticas que foram selecionadas, você vê o que tem de coisa bem feita, criativa, engenhosa, simples, barata, sendo feita pelo Brasil é uma coisa que dá entusiasmo na gente, porque você vê em comarcas remotas o sujeito criar um programa de computador que facilita a vida de uma maneira definitiva e botar aquilo em prática, botar aquilo para funcionar e tudo. Eu acho que essa revolução vem vindo, mas ela precisa ser acelerada, senão...

A.M. - E há resistência no âmbito do judiciário para que melhor operacionalidade aconteça?

M.B. - Não racional, não teórica. Mas a resistência burocrática, dos hábitos, um pouco do direito divino, e por aí assim. Mas tem resistência sim, tem resistência de mudar os velhos hábitos, da pessoa não se sentir como autoridade, mas se sentir como servidor público. Acho que essa distinção semântica é importante. Eu me lembro que uma vez, não era aqui, era na Liberdade, lá no centro, eu estava no escritório, num sábado, naquela época a gente trabalhava sábado, eu levei minha filha, uma menininha de oito anos, na época, junto comigo. Ela ficou brincando lá, desenhando, enquanto eu fazia alguma coisa. Aí depois eu saí com ela para dar uma volta com ela ali pelas praças da Sé, João Mendes e levei ela no Tribunal de Justiça. Ela entrou, olhou aquilo, falou: "Pai, o rei mora aqui?". Eu falei: "Olha, mora." De alguma maneira mora, o rei mora aqui. [risos]. Mas então é isso.

A.M. - Bom, voltando um pouquinho a questão da sua formação, que é um tema que nos é bastante caro. O senhor termina sua formação, que atualmente chamam ensino fundamental aqui em São Paulo, decide cursar a faculdade de direito, a sua opção pela USP se deu por algum motivo específico?

M.B. - Olha, não que eu me lembre. Tinha a USP, tinha a PUC, acho que não tinha nem o Mackenzie. Não, acho que tinha o Mackenzie, não sei, tinha USP e tinha PUC. Como eu vinha de escola pública, eu me preparei no terceiro ano clássico para fazer vestibular para a São Francisco. Eu sempre quis Direito, nunca quis outra coisa.

A.M. - Não houve uma influência do seu pai, médico, para cursar medicina?

M.B. - Meu pai é médico, não, nunca tentou influenciar. E eu tive uma experiência de quebrar a perna quando era menino, ficar internado um tempão no hospital lá de Cruzeiro que era uma Santa Casa, então eu tive muita influência disso, mas mesmo assim... Acho que a influência do júri libanês foi mais atrativa. E aí eu estudei, eu fiz um curso fraco, porque... era uma época boa de ser moço, assim, naqueles anos 1954, 1955, 1956, era depois da ditadura do Getúlio, era o governo do Getúlio, depois veio o governo do Juscelino, tinha Cinema Novo, o teatro borbulhava aqui, uma vida intelectual muito intensa aqui em São Paulo, uma vida artística, assim. Era melhor para mim do que estudar Direito, aí, para mim... Eu levei o curso mal mesmo. Eu passava porque passava, mas não que eu me dedicasse assim. Eu só fui me dedicar depois, fiz um curso particular Dr. Sinésio Passo.

A.M. - A estrutura da grade curricular da época, assim, lhe chamou atenção alguma especialização na área do Direito, já naquele momento?

M.B. - Olha, eu tive grandes professores, que naquela época se chamavam catedráticos, eram os donos, para o bem e para o mal. Eu tive grandes professores. Uma inteligência deslumbrante assim, o Miguel Reale¹⁵, o professor Noé Azevedo¹⁶, tive grandes professores, mas o curso era muito discursivo. O Goffredo da Silva Telles¹⁷, estudei Introdução à Ciência do Direito com ele. Mas eu estava mais interessado em literatura do que em Direito naquela época.

A.M. - E alguma das obras que o senhor por ventura teve que ler nesse processo de formação lhe foram marcantes?

M.B. - As *Lições preliminares do direito* do Miguel Reale. É uma coisa assim... realmente é uma... poucas vezes na minha vida eu vi uma coisa tão inteligente assim, tão capaz de abrir mundos assim, para você, intelectuais. Tem publicado em livro, chama *Lições preliminares do direito*. Era o curso dele de Introdução à Ciência do Direito, que não era a cadeira dele,

¹⁵ Miguel Reale (1910-2006). Reitor da USP entre 1949-1950 e 1969-1973.

¹⁶ Noé Azevedo (1896 - 1972). Advogado, jurista e professor de Direito. Foi presidente emérito da OAB-SP.

¹⁷ Goffredo da Silva Telles Junior (1915-2009). Foi advogado e professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

mas ele deu algumas vezes na ausência dos professores. E aí ele fez um curso, fez uma apostila e depois fez um livro. A cadeira dele era Filosofia do Direito, que também ele tem dois livros, são dois tomos maravilhosos de Filosofia do Direito, maravilhosos mesmo. Professor Noé Azevedo, Basileu Garcia; mas era um ensino muito discursivo. Tirando um professor que todo mundo odiava porque era muito duro, professor Cesarino Júnior¹⁸ que dava Direito do Trabalho e que dava aulas mais práticas, assim, mas ninguém gostava, o resto do pessoal era catedrático mesmo, chegava lá e fazia uma conferência.

A.M. - Havia possibilidade de interlocução?

M.B. - Muito pouca, muito pouca. Na saída das aulas, sim, no pátio. Mas durante a aula, não, ele dava a aula, as pessoas ouviam, escreviam, alguns estudavam, outros não e pronto, mas era uma relação muito distante. Até o nome catedrático e a disposição física da sala mostrava isso, ele ficava lá em cima.

A.M. - Era uma relação de hierarquia.

M.B. - Era uma relação hierárquica muito forte. Agora, tinha professores maravilhosos, realmente tinha. O maior choque intelectual que eu tive na faculdade foi com o Miguel Reale, o pai. Ele realmente era uma inteligência, como talvez, eu nunca mais tenha visto na vida.

A.M. - Tanto na oratória quanto...

M.B. - Na oratória, é. Outras experiências que eu tive assim foram cursos não curriculares, palestras. Por exemplo, Nelson Hungria¹⁹, foi lá dar aulas, Santiago Dantas²⁰, e as políticas, o Carlos Lacerda²¹. Em 1954 me lembro de um discurso que o Carlos Lacerda fez na faculdade,

¹⁸ Antonio Ferreira Cesarino Junior (1906 –1992). Professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁹ Néelson Hungria Hoffbauer (1891-1969). Foi desembargador do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, delegado de Polícia e ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1951 e 1961.

²⁰ Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964). Foi deputado federal, ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda.

²¹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977). Foi jornalista, vereador, deputado federal e governador do estado da Guanabara.

ele com o pé engessado, depois do tiro que ele tinha levado, lá de Toneleiros, fez um discurso maravilhoso.

A.M. - Influenciava os alunos?

M.B. - Influenciava tremendamente. Me lembro que quando ele terminou o discurso, em 1954, eu estava no primeiro ano, nós montamos imediatamente uma caravana para ir para o Rio, armamos um ônibus para ir para o Rio, pedir a renúncia o Getúlio Vargas. E todo mundo estava com um “r” aqui²², r de renúncia. Aí o Getúlio se matou. Foi a maior transformação que eu já vi na minha vida, todo mundo virou getulista, a faculdade foi cercada por uma massa humana assim, e tiveram que fechar as portas.

A.M. - Isso porque vocês se posicionavam contrários a ele?

M.B. - Contra, contra. Como alguém disse era uma boate da reação. Mas todo mundo virou getulista. Então, o pessoal brincava que o “r” era ressurreição. Mas acabamos não indo para o Rio.

A.M. - Então os acontecimentos políticos eles tinham um certo impacto na vivência da socialização de vocês?

M.B. - Tiveram um grande impacto, um grande impacto. E a faculdade era mesmo conservadora, elitista, não é? A gente nem percebia isso, mas era, era. Hoje, olhando para trás eu vejo que era muito isso. Era lacerdista, gostava de oratória, gostava do sujeito que falava bem, essas coisas, não é?.

A.M. - O Ademar de Barros²³ tinha uma certa influência?

M.B. – O Ademar de Barros, não. Lá tem uma piada até de mau gosto que a sala Ademar de Barros era o banheiro. O pessoal falava: “Espera um pouco que eu vou na sala Ademar de Barros”. Ademar de Barros foi colega do meu pai de turma, eles eram médicos na mesma turma lá no Rio. Mas era mesmo o Jânio. Não eram assim bem, sabe? Então... Mas o curso,

²² O entrevistado aponta para sua camisa.

²³ Ademar Pereira de Barros (1901-1969). Foi aviador, médico, empresário, prefeito da cidade de São Paulo (1957–1961), interventor federal (1938–1941) e duas vezes governador de São Paulo (1947–1951 e 1963–1966).

eu não tenho uma boa lembrança do curso a não ser esses *highlights*, assim, essas figuras: San Tiago Dantas, Miguel Reale em primeiro lugar, o Goffredo, Noé Azevedo que era professor de Direito Penal, que era uma *bela figura*. Mas o curso era ruim por causa disso, por causa de ser discursivo, por não discutir casos. A única pessoa que fazia era odiada que era o Cesarino Júnior, que era um professor do Direito do Trabalho que era muito duro.

A.M. - Rígido?

M.B. - Rígido. Tinha um professor de Direito Romano que era maravilhoso, mas era duríssimo também. O Alexandre Correia²⁴, esse sabia, era um sábio, era professor de Direito Romano, eu aprendi muito Direito Romano e depois eu fui ver como... Porque ele obrigava a estudar, senão você não passava. Esse era o critério que mais ou menos a gente usava, pelo menos eu, estudava para passar. Mas eu vi que o Direito Romano que eu aprendi, que as pessoas diziam: “Para que serve isso na vida prática?” Tem muito esse raciocínio, não é, assim reducionista, “Na vida prática o que eu vou fazer com isso?”. Mas o Direito Romano era uma coisa que eu vi depois como ele é a base de todo o Direito Civil brasileiro. Ressoa, às vezes, as coisas que eu aprendi há quase 60 anos atrás com o professor Alexandre Correia. É isso que eu lembro.

A.M. - O senhor poderia citar alguns colegas marcantes que estudaram na sua turma ou eram companheiros de lazer, de pátio?

M.B. - Olha, eu tenho muitos companheiros que são advogados ainda hoje. O Ives Gandra Martins²⁵, o Ives foi meu colega de turma, a gente andou junto muito tempo. Tem alguns que foram para o interior, Hugo Salinas Fortes²⁶, e tinha o pessoal que eles chamavam da canalha, que era um pessoal mais vivia no 11 de Agosto, no centro acadêmico, do que nas aulas.

A.M. - Na biblioteca.

²⁴ Alexandre Augusto de Castro Corrêa. (1925-2003). Graduado em Direito da Universidade de São Paulo e, posteriormente, professor na mesma faculdade. Também graduou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de São Bento.

²⁵ Ives Gandra da Silva Martins. É advogado e professor na Universidade Mackenzie.

²⁶ Hugo Fernando Salinas Fortes, presidente da 5ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Araraquara entre 1975 a 1977.

M.B. - Na biblioteca, jamais. Eu fui me desprendendo da Biblioteca Municipal na medida em que eu fazia o curso, curiosamente. Eu fui mudando de roda, assim, assim, do primeiro até o terceiro ano, no fim eu já não tinha mais quase contato com o pessoal lá. Mas lá tinha grandes pessoas, tinha o Maurício Tragtenberg²⁷, um cara que depois foi professor da GV²⁸ que era um sábio assim. Na escola foi isso. O que mais?

A.M. - Entre o encerramento da sua vivência como estudante, sua formação na USP, essa experimentação que o senhor teve ao regressar para Cruzeiro, envolvendo-se com a vida política, o senhor acha que seria possível manter um convívio, como, por exemplo, desenvolver uma vida acadêmica e desempenhar um papel político?

M.B. - Eu pensava muito isso. Se eu tivesse ficado em São Paulo talvez eu tivesse feito. Porque eu tinha um certo gosto por estudo, embora não tivesse feito um curso bom de Direito, não fiz mesmo. Mas eu gostava muito de filosofia, estudei muita filosofia, não só no clássico, mas depois na faculdade. A filosofia do direito estudei fortemente. Eu gostava das abstrações assim. E eu cheguei a pensar nisso. Mas depois fui para Cruzeiro. Eu acho que seria possível, mas eu fui para lá, me envolvi de tal maneira na advocacia, fazendo júri... era uma advocacia variada que fazia tudo, que eu acabei não fazendo. Mas depois que eu fui para São Paulo eu cheguei algumas vezes a pensar, “olha vou voltar para fazer doutorado”, mas acabei não voltando, que aí comecei a fazer OAB, sabe?

A.M. - O senhor chegou a participar de um júri ainda durante a faculdade, não? Ou sua experiência profissional mesmo foi só depois de formado lá em Cruzeiro?

M.B. - Eu não me lembro se eu fiz júri lá, simulado. Ah, não, eu fiz um júri em Cruzeiro antes de me formar.

A.M. - Foi em Cruzeiro mesmo?

M.B. - Foi em Cruzeiro, foi em Cruzeiro antes de me formar. Eu era solicitador acadêmico.

²⁷ Maurício Tragtenberg (1929-1998). Graduou-se em história pela Usp. Foi professor na PUC-SP, USP, UNICAMP e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV).

²⁸ Fundação Getulio Vargas.

A.M. - O que significava na prática essa figura do solicitador acadêmico?

M.B. - O solicitador acadêmico é o que é hoje o estagiário. Você tinha uma carteira expedida pelo Tribunal de Justiça ou pela Ordem, pela Ordem, uma carteira de cor diferente, que você podia fazer quase todas as coisas, mas não algumas. Você não podia fazer essas coisas sozinho, tinha que fazer junto com um advogado. Mas você podia fazer audiência, podia fazer alegações desde que um advogado assinasse junto, sabe? Então, era um trabalho importante assim naquela época. Todos os escritórios tinham solicitadores acadêmicos como hoje tem estagiários, que são as pessoas para fazer tarefas assim de aprendizado, tarefas que ao mesmo tempo são trabalho, são também estudo, são também treinamento, aprendizado mesmo.

A.M. - E tem uma responsabilidade relativa?

M.B. - Uma responsabilidade relativa. A primeira tentativa que eu tive de fazer júri, eu era solicitador o juiz não deixou, lá em Cruzeiro, porque ele falou que eu não podia fazer alegações finais, logo eu não podia fazer alegações orais, me tirou também. Meu destino lá era de ser tirado. [risos]

A.M. - A segunda vez.

M.B. - Eu deixei o advogado que ia fazer comigo sozinho lá e fiquei assistindo.

A.M. - Mas deu todo auxílio a...

M.B. - Dei todo suporte, tudo. Logo depois eu comecei a fazer júri. O júri foi uma coisa que eu gostava muito de fazer. E eu acabei tendo sorte. Depois, fiz alguns júris importantes no Brasil, tanto na defesa como na acusação. Eu gostava muito. Hoje eu não tenho mais, as pessoas não me procuram para fazer júri, eu não sei. Mas eu gostava muito de fazer júri. Eu fiz um depois que eu saí do Ministério da Justiça, eu fiz um júri interessante.

R.V. - Aqui em São Paulo?

M.B. - No interior de São Paulo. Nós temos uma ONG chamada IDDD, eles vêm aqui, aliás, hoje. A diretoria. É uma ONG que eu fundei no ano 2000. Chama Instituto de Defesa do Direito de Defesa, faz um trabalho importante aí. Nós temos um convênio com a Fundação

Soros, Open Society, e a gente faz vários trabalhos aí, em penitenciárias, em prisões, em tribunais. Eu poderia fazer mais júri através do IDDD, mas eu não tenho querido, porque eles têm tantos meninos bons lá que estão se desenvolvendo, que eu acho que se eu for vai um pouco achatar eles.

A.M. – E esse seu trabalho lá é mais de passar sua experiência, aconselhar no trabalho desenvolvido por esses advogados que estão no IDDD?

M.B. - Olha, esse IDDD foi fundado em... Posso cortar um pouquinho, uma ligação que eu preciso conversar com uma pessoa, passa ali para a minha sala... É só um minuto.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

M.B. - Menos elitizada, não é? Mas assim o número de advogados... basta dizer que o meu número é 11 mil, hoje está em 300 mil, meu número em 1958 era 11 mil, é 11 mil até hoje. Então, quando eu fui para Cruzeiro tinha três advogados na cidade, eu fui o quarto, ou eu fui o terceiro. Eu acho que eu fui o terceiro porque eu entrei com o dr. Sinésio que era um dos três. Hoje tem 250, a cidade está, mais ou menos, do mesmo tamanho. Então a profissão realmente precisa de um filtro, até em proveito, em defesa do consumidor. Porque essa política de deixar abrir curso de Direito, todos os cursos, não só de Direito, todos os cursos universitários, sem critério, ao mesmo tempo que democratizou o ensino, mas baixou o nível de uma maneira terrível. Tem escolas aí que são um verdadeiro estelionato, escola de Direito. Eu sou muito convidado para isso, eu tenho muito cuidado, eu faço uma pesquisa prévia porque quando eu vejo que tipo de escola, não vou. Porque... não é?

A.M. - O senhor percebe que houve uma mudança de status com relação à importância que a profissão exerce na sociedade?

M.B. - Sem dúvida, não só na advocacia, na medicina também, os juízes. E você sente também que a falta de humanidades, a falta do curso prévio à faculdade, a todas as faculdades, tem uma influência terrível. As pessoas saem da faculdade sem saber escrever. Mesmo quando elas sabem o objeto, o foco do seu estudo, elas não sabem verter aquilo para português direito. Então você vê sentenças de juízes, às vezes, você vê que ele está certo, só que ele não sabe dizer aquilo, porque ele não sabe escrever. Isso é na medicina, na engenharia. Em todos os cursos.

A.M. - E o Direito tem um vocabulário muito específico.

M.B. - Tem um vocabulário, gíria mesmo, um jargão, [inaudível]. Agora, e se a pessoa não souber manejar aquilo fica só no significante, não tem nenhum significado, para usar uma imagem, assim, de etimologia, de semiótica, não tem significado, a pessoa só escreve a forma da coisa.

A.M. - E o senhor acha necessário continuar com uma linguagem que para leigos é uma linguagem um tanto quanto rebuscada?

M.B. - Acho que não. Esotérica, não é? Eu faço um esforço para simplificar, eu pessoalmente. Eu escrevo fora do jargão. Às vezes eu escrevo no jargão porque é uma maneira de... é bonito, mas eu procuro simplificar sempre, sempre, sempre. Um exemplo disso é o Rui Barbosa; quando você estuda o Rui Barbosa que foi o maior advogado brasileiro, construtor do Direito Constitucionalista brasileiro, do Direito Constitucional Brasileiro, ele tem momentos altíssimos de eloquência, e tem momentos de um pernosticismo assim, quando ele bota 50 adjetivos, 20 sinônimos da mesma coisa, que é uma coisa assim pernostico, e que influi. Eu já vi muito advogado tentando repetir isso, assim, fazendo a coisa pernostica mesmo, a coisa de mau gosto. Agora, ele tem momentos que parece que é uma tragédia grega que você está lendo. Tem um habeas corpus que ele impetrou no Supremo, no começo do século passado, que são coisas maravilhosas. O grau de densidade oratória é um negócio... Mas a linguagem dele é o jargão, é o jargão legal, é a gíria legal mesmo. Agora, hoje não tem sentido, não é?

A.M. - O senhor conseguiria situar um momento no qual começou a haver essa mudança de mentalidade com relação à necessidade de uma linguagem tão rebuscada?

M.B. - Eu acho que não começou ainda, porque as pessoas usam ainda, usam muito essa linguagem hermética, fechada feita de lugares comuns, assim, repetitivos. Nos Estados Unidos tem uma ONG importante cuja única função é fazer com que a linguagem do Direito seja entendida por todo mundo.

A.M. - Por aqueles que necessitam dos operadores do direito?

M.B. - Aqueles que necessitam dos operadores do direito. Operadores do direito também acho uma locução feia, os trabalhadores...

A.M. - ...os profissionais.

M.B. - Os profissionais, mas precisa porque é incompreensível, é incompreensível. Eu às vezes uso, principalmente falando, até para sentir um pouco, para brincar com a linguagem, mas eu procuro simplificar o mais possível. Aqueles períodos longos assim. Agora, nunca ninguém escreveu tão bem ou falou tão bem como Rui Barbosa e nem tão mal, nem tão pernóstico.

A.M. - De um extremo ao outro.

M.B. - De um extremo ao outro. Mas eu acho que ele é um modelo para fazer e para não fazer.

A.M. - E essa característica de utilização de um vocabulário rebuscado, o senhor observa tanto nos profissionais que se voltam para a academia quanto naqueles que estão no exercício judicial, prático?

M.B. - Acho que sim. Tem exemplos de simplicidade que são maravilhosos. Você pega uma peça do professor Noé Azevedo, de 60 anos atrás, é uma coisa simplificada, parece um rio fluindo. Agora você pega gente escrevendo hoje complicado, enroscado, parece arame farpado, então, tem muito ainda hoje dessa herança, assim, não é?. O Direito anglo-saxão é outro estilo, eles são muito repetitivos, mas são períodos curtos e simples. Então eles falam no contrato dez vezes, você pensa que é a mesma coisa, mas tem uma pequena alteração, mas é tudo simples, são períodos simples. Aqui que tem essa mania. É bonito essa mania de você ir engrenando uma frase na outra para fazer um período bem grande, assim, e fechar no fim, isso tem uma música. Mas é pernóstico, é mais difícil de entender.

A.M. - De mais difícil acesso.

M.B. - Pois é. Fica uma linguagem quase que não é português contemporâneo, parece um português mais arcaico, parece uma linguagem de outra época, e é, porque a gente traz essa carga, essa herança. Tem um rapaz que trabalhou comigo muito tempo, ele é moço, ainda hoje é moço, mas naquele tempo era mais moço ainda, que ele herdou do pai... ele é um

talento esse menino, mas ele herdou do pai um estilo tortuoso de escrever, do qual ele não consegue se libertar. Uma vez nós fizemos um habeas corpus aqui, ele escreveu e depois fomos discutir o habeas corpus com um grande advogado do Rio chamado Evaristo de Moraes²⁹. Aí quando o Evaristo chegou, eu apresentei o rapaz para ele, ele falou: “nossa, mas eu pensei que você fosse um velho, assim, pelo teu texto.”. Eu acho que isso é uma coisa que é uma marca do Direito, essas fórmulas, essa maneira... O Rui Barbosa tem um grande papel nisso, de ser um modelo, assim, que às vezes é mal copiado.

A.M. - E é uma influência que persiste décadas, outro século, novo século e continua sendo uma referência importante então.

M.B. - É verdade. Agora, ele tem um papel importantíssimo, tem um papel importantíssimo. No Direito brasileiro nunca teve um advogado como ele, assim, que tivesse a influência dele.

A.M. - Representando o Brasil fora...

M.B. - Pois é. E no Supremo, ele construiu o Direito Constitucional Brasileiro fazendo habeas corpus e levando o Supremo a... Mesmo quando ele perdia, ele deixava uma semente que depois, dali a uma década, frutificava. Ele tem um papel muito importante, muito importante.

A.M. - O senhor o destacaria como o grande jurista brasileiro?

M.B. - Ah, , sem dúvida, sem dúvida. O grande jurista e o grande advogado brasileiro. Eu tenho um parecer dele aí manuscrito, que eu ganhei de presente de um cliente, sobre uma questão, assim, até que não é meu interesse.

A.M. - E a linguagem é...

M.B. - A linguagem é empolada. A letra é bonita.

A.M. - Mas no sentido, com a qualidade de quem escreveu bem ou com aquele barroco, rococó?

²⁹ Antônio Evaristo de Moraes (1871-1939). Antes de graduar-se em direito trabalhou com dois advogados. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito Teixeira de Freitas. Foi advogado e professor de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil.

M.B. - Com a qualidade. Agora, a grande qualidade dele, ele encontrou no Supremo. Quando ele falava no Supremo, uns habeas corpus controvertidos. Ali ele tinha, parecia uma tragédia grega, assim. E algumas vezes ele se inspirava nisso, não é? As exortações que ele fazia, as perorações do discurso dele eram lindas, lindas. São coisas comoventes e *simples*. Uma coisa... Uma vez ele terminou um... Ele acusava um juiz de algumas coisas e ele fez um raciocínio fechado assim, foi crescendo, crescendo, crescendo, no fim ele terminou assim: “O bom ladrão salvou-se, mas não existe salvação para o juiz prevaricador.” Uma frase assim que não precisava ter dito nada antes, estava dito ali. Eu precisava parar.

A.M. - Interromper por hoje?

M.B. - Por hoje.

A.M. - Tudo bem.

M.B. - Tinha umas pessoas aí que já chegaram, eu pensei que a gente ia... Mas a gente marca outro dia.

A.M. - Eu entro em contato com a sua secretária?

M.B. - Pode falar com a Delma, marcar outro dia para a gente continuar.

A.M. - Tudo bem.

M.B. - Não tem problema?

A.M. - Não, imagina, problema algum.

M.B. - Desculpem. Mas é que as pessoas vieram da Bahia, estão aí...

A.M. - Vieram de uma terra muito boa.

M.B. - É mesmo.

A.M. - Morei lá dez anos. Fiz universidade, a família toda mora lá.

M.B. - Pois é, eu acho Salvador é maravilhoso, as pessoas que estão aí são de lá.

A.M. - Bom, vou marcar com a Delma então. De qualquer forma muito obrigada por sua disponibilidade e até um próximo encontro.

M.B. - Até.

[FINAL DA PRIMEIRA ENTREVISTA]

2ª Entrevista: 08.12.2011

A.M. - São Paulo, 8 de dezembro de 2011, segunda entrevista com dr. Marcio Thomaz Bastos, a cargo dos pesquisadores Ângela Moreira e Renato Vilela para o projeto Trajetória e Pensamento de Grandes Juristas Paulistas desenvolvido pelo CPDOC e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Dr. Márcio, uma vez mais obrigada por nos receber e aceitar conceder essa entrevista. Na última vez em que nós conversamos, o senhor havia contado sobre o seu processo de formação na Faculdade de Direito de São Paulo e após a conclusão do seu curso o senhor retorna a Cruzeiro. O senhor poderia contar um pouco como foi esse retorno?

M.B. - Posso. Aí, eu voltei para Cruzeiro e fui trabalhar com um profissional que não era formado, era um rábula, dr. Sinésio Passos, e que foi onde realmente eu fiz meu curso de Direito, como eu já disse. Ele me levava a estudar, ele tinha uma grande ascendência sobre mim. Então, o escritório só funcionava à tarde. Ele tinha uma biblioteca maravilhosa, todos os bons livros de Direito estavam ali, Direito Penal, Direito Civil, Processo, e ele me passava temas e pedia para estudar de manhã. Então eu acordava, fazia ginástica, ia para lá e estudava. Aí ele chegava de tarde, a gente trabalhava um pouco, depois, no fim da tarde, ele tomava os pontos da manhã para ver se eu tinha estudado mesmo. Mas ele me dava uma certa liberdade. Então, como eu gostava muito de Direito Penal eu fui dirigindo meus estudos para o Direito Penal e a gente pegava os casos ocorrentes, dissecava, examinava. Em cima disso ele me pedia para estudar doutrina, fazer pesquisa de jurisprudência. Naquele tempo a pesquisa não tinha internet, era fazendo ficha assim e olhando nas revistas, revista forense e revista dos tribunais que ele tinha, que eram as únicas que existiam. E aí eu aprendi muito, aprendi realmente, eu fiz um curso em profundidade de Direito Penal, Processo Penal. Ele colocava questões e a gente estudava bastante. Ele gostava disso, ele sentia assim que eu estava estimulado e ele também; ele cobrava, cobrava, não brincava.

R.V. - Era um estudo baseado em cima dos casos que ele cuidava?

M.B. - Um pouco dos casos e um pouco assim: “Olha, vamos estudar parte geral do Código Penal. Então você pega até o art. 21 e vamos martelar, você estuda bastante depois eu vou tomar de você essas coisas”. E aí a gente discutia e tal. Quando tinha casos que se prestavam ao estudo, aí ele falava: “Olha, nós vamos estudar isso.” Eu me lembro de um caso que naquele tempo chama “Sedução”, eu acho. É, era uma menina que tinha sido vítima, menor de 18 anos, tinha sido seduzida, enganada e desvirginada. Então, esse era o ponto da história. Aí estudei tudo aquilo, ele tinha outras razões que ele tinha feito em outros casos, aí ele me mostrava, pedia para eu estudar, ver no que se adaptava aquilo ao caso concreto dali e a gente fazia modificações, discutia. Para mim foi um período *ótimo*, parecia assim um estudo de ponta mesmo, porque era não só estudos de casos, mas também um estudo teórico bastante, assim, ele me estimulava a procurar jurisprudência, a relacionar jurisprudência com a doutrina, então foi um período muito fecundo da minha vida sob esse aspecto. Eu passei alguns anos, talvez três anos intensos disso. Porque o trabalho não era assim muito, não é? Todo mundo trabalhava só de tarde lá, os advogados. Então eu passava a manhã estudando, estudando bastante, tal e aquilo me estimulava intelectualmente, eu gostava de conversar com ele depois e tudo. E aí quando chegava de tarde a gente se reunia para fazer o fechamento do dia. Eu acho que foi aí eu que estudei Direito Penal mesmo e Processo Penal, aprendi bastante. E aí começamos, não é? Aí comecei a fazer júri lá; que era... que eu achava que era a minha vocação, assim, então, aqueles casos de júri começamos a fazer. Não cheguei a fazer júri com ele porque ele já estava afastado dessa prática. Eu fiz júris com outros advogados que eram amigos da gente ali e fui começando, começando, até que eu estreie oficialmente no júri. Aí com 24 anos, acho.

A.M. - O senhor lembra qual foi o caso?

M.B. - Eu lembro. Lembro até o apelido do réu que era uma coisa assim um pouco deprimente, o apelido dele era Zé Muçurana, é, ele tinha matado uma mulher. Eu fiz esse júri junto com dois advogados, um que era de lá, que era meu amigo de infância e outro que era um grande advogado do Rio chamado Humberto Telles³⁰, eu não conhecia o Humberto Telles, ele era amigo desse outro advogado de Cruzeiro que morava no Rio. Depois

³⁰ Humberto Telles Machado da Costa. Graduiu-se em Direito pela Faculdade do Catete.

Humberto Telles fez o segundo júri do Doca Street, primeiro foi o Evandro que fez aquele júri que ele pegou uma legítima defesa da honra e depois o segundo júri foi Humberto Telles. Humberto Telles era, ele era... um sergipano talvez, paraense, não me lembro bem a origem dele, mas era um homem extremamente talentoso. As pessoas brincavam que ele fazia júri e que os júris dele deveriam ter esse título: variações poéticas sobre o art. 121 do Código Penal, que é homicídio, porque que ele era talentosíssimo. Eu tinha preparado, imagina o meu nervoso de estrear no júri na minha cidade, estava minha professora primária, meu pai, minha mãe, minhas irmãs, todo mundo, e eu fiquei esperando por eles, vinha ele e esse outro rapaz que ia estrear comigo, o Amauri. Aí chegaram, fomos conversar. Eu tinha preparado uma defesa baseada no homicídio culposo, que ele usou a faca, mas ele queria brincar com a faca e acabou pegando da mulher, essa era a defesa que eu tinha preparado, tinha decorado os trechos de doutrina, de jurisprudência, a prova dos autos, tudo pronto. Aí chegamos lá, ficamos conversando, tomando uísque, a conversa foi regada... naquele tempo usava muito beber uísque, principalmente no interior. E aí quando chegou num certo momento, ele que não tinha lido os autos, mas tinha uma longa experiência, ele falou: “Márcio, vamos mudar essa defesa”. Eu falei: “Como assim?”. “Não, nós não vamos fazer homicídio culposo, nós vamos fazer legítima defesa, ele foi agredido, se sentiu agredido, legítima defesa putativa.” “Mas como, já preparei...” “Não, mas vamos mudar...” Aí eu passei a noite sem dormir, refazendo toda aquela minha defesa, chegamos lá fizemos o júri, eu falei... A ordem era a seguinte, eu ia falar, depois falava meu outro companheiro que também estreava no júri e depois vinha o Humberto. Aí de repente eu olhei, o meu outro companheiro tinha sumido, não estava ali, e estava acabando o meu texto que eu tinha preparado de novo e o rapaz não estava. Aí ele virou para mim e disse: “Olha, continua, pode terminar e passa para mim.” O rapaz tinha sido se sentido mal, ele ficou nervoso e saiu, ficou meio desmaiado e tal, então não fez o júri. E aí eu entrei, falei, falei, quando estava no finzinho assim, falei: “Tá bom, então é isso, eu passo a palavra ao dr. Humberto Telles.” Aí ele fez um floreado maravilhoso, deu um show e tal, de oratória, de competência, provocou o promotor. Eu me lembro até hoje o nome do promotor, chamava Esmeraldo alguma coisa. Um promotor competente, agressivo, e foi essa a minha estreia no júri, ganhamos o júri, pegamos a tese dele, por quatro a três, uma coisa assim. Foi aí que eu comecei, fiquei muito amigo do Humberto Telles e isso me abriu, assim, uma relação importante com advogados do Rio, que era a corte, era a capital

naquela época. Então Evandro, Romeiro Neto³¹, Cleôncio Aguiar Vasconcelos, todos esses advogados eu passei a frequentar e a me tornar amigo, eu estava ali muito perto e tal do Rio, então eu estava no meio entre Rio e São Paulo. Aí alguns anos se passaram, eu sempre pensando em fazer júri, queria fazer só júri, só júri, só júri. Mas eu tinha que fazer tudo para sobreviver, tinha um escritório que foi crescendo lá, mas fazia tudo, desde acidente de trabalho, direito do trabalho, direito civil. Isso é bom porque você vai fazendo uma base, não é? Uma base assim na prática e também um pouco teórica. Até que eu achei que a solução para mim era vir para São Paulo porque aqui eu podia me socializar e fazer advocacia criminal e tudo. E aí acabei fazendo isso. Levei uns dez anos nesse vai e vem, assim, ficava um pouco aqui, aí montei um escritório aqui em São Paulo, ficava em Cruzeiro e São Paulo, até que eu vim de uma vez. Eu ainda tinha muitos casos lá no Vale do Paraíba inteiro, mas aí eu montei meu escritório aqui, fechei o de lá e fiquei só advogando aqui. Aí comecei...

R.V. - Advocacia criminal?

M.B. - No começo era tudo, aqui também, mas depois eu fui fazendo uma especialização e acabei fazendo só advocacia criminal. Aí começaram a aparecer os casos e tudo.

A.M. - Que ano foi isso que o senhor abriu o escritório aqui em São Paulo?

M.B. - Isso foi no fim dos 1960 começa dos 1970. Acho que foi em 1970 mesmo, que eu abri o escritório de uma vez aqui, cortei, queimei os navios, assim. Eu tinha ainda muitos casos lá, mas não tinha mais escritório lá. Aí comecei a focar as coisas aqui e tudo. E aí aconteceu uma coisa curiosa, eu era assessor, eu era consultor de uma empresa de energia elétrica que tinha no Vale do Paraíba, chamava Conepa, ontem eu fui ao lançamento do livro do Eros Grau³² sobre Paris, Saint-Germain-des-Prés, e ele se lembrou que ele trabalhou comigo na Conepa, era uma companhia pequenininha, aí houve uma fusão das companhias e essa companhia se transformou em Cesp, as Centrais Elétricas de São Paulo. Aí o que aconteceu, eu fiquei naquela dúvida, saiu disso, não vou poder ficar porque ficou uma empresa enorme, assim. E eu tinha muita relação com o pessoal do júri nessa época, eu já fazia júri aqui, júris gratuitos, assim, alguns remunerados, mas eu estava no começo aqui. Aí os advogados do júri... tinha

³¹ José Ovidio Romeiro Neto. Foi advogado.

³² Eros Roberto Grau. Graduou-se em direito pela Universidade Mackenzie. Foi ministro do Supremo tribunal Federal. É advogado. Integra o corpo de entrevistados da presente pesquisa “História Oral do Campo Jurídico em São Paulo”.

muita dificuldade naquela época porque não tinha concurso para procurador do estado para ninguém trabalhar no júri. A carreira de defensor não existia. E aí eles tiveram uma ideia que era a seguinte: de eu continuar trabalhando na Cesp e ser destacado para trabalhar no júri, que a Cesp era uma companhia estatal. E aí eles me passaram para o júri. Eu consegui isso. O diretor, o chefe da Procuradoria de Assistência Judiciária pediu isso a Cesp, a Cesp concordou e eles me designaram para lá. Aí foi assim uma maravilha porque eu, da noite para o dia, comecei a ter três juris por semana para fazer.

A.M. - E dava para conciliar os trabalhos?

M.B. - Ah, dava, dava. A minha advocacia era incipiente naquela época, não é? Eu ia sair da Cesp para ficar só na advocacia, aí quando aconteceu isso. Eu lembro que foi o Waldir Troncoso Peres³³ que teve a ideia: “Por que você não vem para cá para fazer esse júri de assistência judiciária gratuita?” Naquele tempo os advogados da assistência judiciária gratuita do júri eram tão importantes, era o Waldir Troncoso Peres, o Raimundo Pascoal Barbosa³⁴, o Hermenegildo Valente, o Fausto Bittar³⁵, que as pessoas brincavam que a melhor coisa para um sujeito matar era ser pobre porque ele ia ser defendido por esse pessoal que era a nata da advocacia de júri. E aí eu entrei nesse meio e *aprendi*, aí eu acabei meu curso, aprendi assim, porque fazia júri várias vezes por semana, duas, três vezes por semana.

R.V. - E quantos anos durou esse ritmo?

M.B. - Ah, durou bastante, nove, dez anos, durou bastante.

R.V. - Milhares de juris então.

M.B. - Centenas, centenas.

A.M. - Algum caso lhe marcou?

M.B. - Ah *muitos*. Eu tenho um livro aí de recortes, que me deram de presente, que conta vários casos, sabe? Era homicídio de toda natureza. Uma mulher, que matou marido, marido

³³ Waldir Troncoso Peres (1924-2009). Graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. Foi Procurador do Estado de São Paulo.

³⁴ Raimundo Pascoal. Foi advogado.

³⁵ Fausto Bittar. Foi advogado.

que matou a mulher, e eram júris assim que você tinha contato com o réu muito em cima, você só estudava o processo, tal, não era uma defesa... já vinha pronto o processo, eu só fazia o júri. Então foi uma experiência preciosa essa. Teve um caso que eu me lembro sempre, que era assim, se você olhasse você diria: “Mas que coisa repugnante”, mas na verdade não era. Era um policial, um PM, policial militar que começou a namorar uma moça que fazia, como se dizia naquele tempo, a vida, ela era prostituída assim, perto do Ibirapuera. Ele começou a ter um caso por ela e se apaixonou por ela e ela por ele. Aí um dia ele teve uma crise de ciúme porque ele pegou ela com um cliente dela e matou o cara. Então foi um júri que... era uma coisa assim, era o submundo paulista, paulistano. E foi um júri bonito, tal. Ele acabou absolvido por legítima defesa da honra, naquela época. Foi uma ginástica assim. Então eu trabalhei bastante pegando o ser humano, assim, no limite da miséria, da falta de instrução, da falta de defesa durante o processo, depois tentando salvar. O Waldir Troncoso Perez tem uma frase que eu gosto muito, que eu acho que é absolutamente verdadeira: “Todo réu é um oprimido”. Ele é oprimido pelas circunstâncias, pelo fato de ter cometido o crime ou de ser acusado de um crime, pelo poder do aparelho do Estado em cima e na Assistência Judiciária, na Procuradoria, você sentia muito isso, era o réu assim do chão da sociedade, era a escória da terra, não é? Eram as pessoas que não tiveram oportunidade, os mais vulneráveis, os menos bem defendidos, os mais mal defendidos, e tudo, e foi... é uma coisa absolutamente difícil de eu ter essa experiência em outras circunstâncias assim. Eu passei muitos anos fazendo isso e aí a minha advocacia criminal começou a crescer, muito por conta dessa publicidade que acontecia dos júris. “Olha, esse cara ganhou um júri...”, aí aparecia outro, aparecia outro. E foi assim que eu fui fazendo advocacia.

A.M. - Essa publicidade se dava somente no meio jurídico ou também com relação à imprensa? Esses casos eram muito noticiados?

M.B. - Tinha imprensa. Tinha imprensa sim, de vez em quando davam notícias. Me lembro de um caso que eu tive, não foi da Procuradoria, foi um caso meu mesmo, mas dessa época, de um sujeito que tinha matado o outro por ciúme de uma mulher e aí foi um júri que teve, assim, uma grande repercussão na cidade, o *Jornal da Tarde* deu três páginas sobre o julgamento, todo dia, toda hora por hora do julgamento. E aí essas coisas foram indo, foram crescendo assim, eu acabei ficando com essa reputação de advogado bom de júri e tudo. E acabou funcionando isso como um assim... E eu mantive esse negócio da Procuradoria, até

um determinado momento em que eu comecei uma carreira de OAB. Em 1974 eu me elegei conselheiro da Ordem e aí fiz uma carreira e acabei presidente. No meio disso, eu achei que não podia mais ficar na Procuradoria, porque tinha assim um certo conflito, tinha posições que eu tinha que defender na OAB que contrariavam a máquina do Estado, tal, aí eu pedi demissão. Eu não me lembro quando foi, mas eu pedi demissão e fiquei só na advocacia e na OAB. Por isso que eu brinco, digo que a minha carreira é de... eu sou um filho um pouco do júri, um pouco da OAB, porque na OAB eu fui tudo, eu fui de exame de Ordem, fui presidente de banca de exame de Ordem, depois fui conselheiro, fui da comissão de prerrogativas, da comissão de ética, depois fui secretário, depois fui vice-presidente, depois fui presidente da OAB. Fui presidente da OAB num momento importante. Eu fui eleito em 1982, foi quando o Montoro foi eleito governador aqui, e naquela época a gente era tudo o mesmo grupo, PT, PSDB nem tinha, mas era todo mundo, era o PMDB, mas era todo mundo junto, todo mundo do mesmo lado e tal. E aí eu tive sorte de ter na OAB... Eu não contei isso não, não é? Eu tive sorte de pegar a OAB de 1983 a 85, aqui em São Paulo, quando teve a campanha das Diretas. Eu falei naquele comício, aquele comício de 1984, 25 de janeiro de 1984. Teve um comício do PT no Pacaembu no fim de 1983, depois teve esse grande comício que tinha 300 mil pessoas na Praça da Sé, nesse eu falei em nome da sociedade civil, eles diziam. E para mim foi... Tinha um jornalista aqui em São Paulo, vocês não devem se lembrar, o Tarso de Castro³⁶, uma figura lendária, assim. E a gente almoçou, bebemos uísque, foi uma coisa assim bem alegre, simpática, tinha um grupo, depois fomos para o comício. Eu falei: “preciso ir porque eu tenho que falar.” Aí quando nós chegamos, eu vi aquela quantidade de gente, eu nunca tinha visto tanta gente reunida. Falei: “Meu Deus.” E aí falei no comício. Eu tinha levado um discursinho preparado assim; fui anunciado pelo Fernando Henrique³⁷ que funcionava assim como uma espécie de locutor do comício. Então para mim foi um momento importante, que depois foi montado um comitê pelas Diretas, que era presidido pelo presidente do Conselho Federal da Ordem, que era o Mario Sergio Duarte³⁸, que se reunia aqui no Conselho Seccional de São Paulo. Depois veio aquela sucessão de comícios em 1984, até a emenda Dante de Oliveira ser derrotada no Congresso por uma

³⁶ Tarso de Castro (1941-1991). Foi jornalista, criou o caderno Folhetim da Folha de São Paulo e, também, um dos fundadores do jornal O Pasquim.

³⁷ Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e cientista político. Foi senador, ministro das relações exteriores, ministro da fazenda e presidente do Brasil por duas vezes (1995 a 2002).

³⁸ Mario Sergio Duarte Garcia. Advogado. Presidiu o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (1983 a 1985). No qual presidiu o Comitê Suprapartidário que conduziu a Campanha pelas Diretas Já.

maioria exígua assim, não é? Mas foi um momento bonito do Brasil, um movimento cívico de massa como nunca teve. Eu fui no comício da Candelária no Rio, tinha um *milhão* de pessoas, tinha um milhão de pessoas, *coisa linda*. Foi lá que o Sobral Pinto³⁹ fez um discurso que ele leu um artigo da Constituição e recebeu uma ovação de dez minutos. Ele leu assim: “Todo poder emana do povo, em seu nome será exercido”. Ponto final, ele leu. Mas ficaram batendo palma e gritando durante... Então foi realmente uma mobilização que eu acho que nunca tinha tido antes no Brasil. E foi uma coisa importante, eu achei.

A.M. - O senhor participou também do tribunal Tiradentes, não?

M.B. - Participei do tribunal Tiradentes que também foi outra... Nessa época eu tive um pouco de pressão do conselho, porque a Ordem tinha uma tradição de não se meter em movimentos coletivos. Então ela não ia a comícios. Esse comício das Diretas em 1984, eu fui meio *ad referendum* do conselho, eu não pus em votação. Fui antes e depois eles aprovaram, mas depois que tinha acontecido. E o tribunal de Tiradentes foi mais ou menos a mesma coisa, porque havia uma pressão dentro da Ordem de não fazer essas coisas, de não participar de espetáculos, que não ficava bem para a carreira, que não ficava bem para a profissão e tudo. Mas eu fui o máximo que eu podia alargando esses limites assim. E aí eu participei do tribunal de Tiradentes, que foi um espetáculo muito interessante; até hoje, tem um filme bem feito que foi construído na época, eu acusava a Lei de Segurança Nacional. Era presidido pelo Teotônio Vilela⁴⁰, depois o tribunal mudou de nome, passou a se chamar Tribunal Teotônio Vilela. E era assim as testemunhas eram o Lula⁴¹, vários perseguidos políticos, torturados e tudo. E o júri era uma coisa assim, era o Hélio Bicudo⁴², Seabra Fagundes⁴³, era uma gente de grande categoria assim.

³⁹ Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893 - 1991). Graduou-se na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Foi advogado e muito atuante na defesa de presos políticos durante a ditadura.

⁴⁰ Teotônio Brandão Vilela (1917-1983) Foi empresário, deputado estadual pelo estado de Alagoas e senador, Ficou conhecido no país como “Menestrel das Alagoas” por sua luta pela liberdade política e redemocratização do Brasil.

⁴¹ Luis Inácio Lula da Silva. Foi metalúrgico, sindicalista, deputado federal por São Paulo e Presidente da República por duas vezes (entre os anos de 2003 e 2011). É co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores

⁴² Hélio Pereira Bicudo. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi ministro interino da Fazenda no governo João Goulart, procurador no estado de São Paulo, Como Procurador de Justiça no Estado de São Paulo, deputado federal, presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington.

A.M. - Quem era o advogado de defesa?

M.B. - Foi sorteio, caiu o Luiz Eduardo Greenhalgh⁴⁴, coitado.

A.M. - Mas era a Lei de Segurança Nacional ... acusada como uma entidade ou era uma lei de segurança...

M.B. - Não, era a Lei de Segurança Nacional vigente, era a ré. E eu acusei a lei, olha que moleza, e ele defendeu a lei. Ele fez um trabalho competente, brincalhão, assim. E o Lula prestou um depoimento, foi *muito* bonito. O cardeal Dom Paulo⁴⁵, ele mobilizou muito para encher, não é? Então o Teatro Municipal, onde foi feito, estava lotado de gente.

A.M. - No Rio ou aqui em São Paulo?

M.B. - Aqui, aqui, Teatro Municipal aqui, na Praça Ramos. E foi um espetáculo maravilhoso, realmente.

A.M. - De quem partiu essa iniciativa?

M.B. - Foi da Comissão de Justiça e Paz.

A.M. - E eles fizeram um convite oficial à OAB?

M.B. - Eles fizeram um convite oficial à OAB, eu topei, e aí eles me puseram nesse papel, assim. Aí sorteamos quem defendia e quem acusava, eu caí para acusar, e foi uma coisa bonita assim. Eu comecei o discurso um pouco de júri demais, sabe, aí depois eu percebi que aquele não era o tom, que precisava abaixar um pouco, simplificar um pouco e falar mais de política, aí eu fiz isso, falando de tortura, falando dessas coisas assim e aí foi uma ovação que eu recebi. E eu não tinha experiência de palco, nunca tinha subido num palco, foi a primeira vez. Então o tribunal Tiradentes foi realmente uma experiência interessante, depois... Eles fizeram muitas vezes, depois o tribunal mudou para Tribunal Teotônio Vilela, Teotônio era o presidente do tribunal, naquela época. E eu tinha trabalhado muito com ele na Comissão

43 Miguel Seabra Fagundes (1910-1933). Graduou-se na Faculdade de Direito do Recife. Foi procurador do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte e presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

44 Luiz Eduardo Greenhalgh. Graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi deputado federal e vice-prefeito de São Paulo. É advogado.

45 Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Durante a ditadura teve contato constante com os militares em busca de informações sobre pessoas desaparecidas.

Brasileira de Anistia. E ele já estava bem doente, tomando cortisona, assim, mas aquela dignidade, e ele era uma figura que adquiriu, assim, um porte simbólico, bonito. E ele presidiu, e no fim ele terminou: “então a vista do julgamento *condeno* a lei de segurança nacional.” Mas não tinha um lugar vago, sabe, uma coisa bonita, *muito* bonita, o tribunal Tiradentes. Sabe que hoje, até hoje passam esse filme dublado. Eu já me vi, eu estava em Paris uma vez, eu já me vi dublado, eu falando com a voz falando em francês, em Paris.

A.M. – Que interessante. E havia, devia haver, claro, a possibilidade de continuar esse movimento pelas Diretas Já, também passando essa mensagem no tribunal de Tiradentes?

M.B. - Não.

A.M. - Porque 1983... Não havia esse discurso?

M.B. – Não, não. Aí, logo depois que se perdeu a emenda das Diretas, começou a campanha da Constituinte. E o meu último ato, eu lembro bem disso, como presidente da OAB de São Paulo foi no dia 31 de janeiro de 2005⁴⁶, quando terminava meu mandato, no dia seguinte eu dava posse para o meu sucessor e nós fizemos uma cerimônia na Faculdade de Direito de São Paulo e acendemos uma pira, assim um fogo simbólico pela Constituinte. E as entidades que estavam todas ali, era muito mais romântico naquele tempo, não é? Fizeram uma promessa de que aquela pira ficaria acesa até a convocação da Constituinte.

A.M. - Se manteve?

M.B. - Manteve, manteve. Isso foi em 1985, o Tancredo convocou a Constituinte, falou na Constituinte e ela foi convocada em 1987. Então ficou lá acesa a pira no pátio da Faculdade de Direito. Estava todo mundo, todo mundo estava lá. Quem deu conteúdo popular foi o PT, o PT mobilizou as bases, de modo que encheu ali aquele pátio, assim, e me lembro até quando o Suplicy chegou, o Suplicy naquela época era um favorito do PT, não é? Na hora que foi anunciada a presença dele foi uma ovação, uma coisa impressionante. Todo mundo falou e falando na Constituinte, então mudou a agenda. Em vez de Diretas sem Constituinte, ficou Constituinte para depois virem as Diretas, sabe? Aí a OAB trabalhou muito em cima disso, a OAB já federal, nós lutamos pela Constituinte exclusiva, e não pelo Congresso

⁴⁶ O entrevistado se enganou, pois refere-se ao ano de 1985.

Constituinte, a gente queria que fosse outra eleição. Hoje eu tenho muitas dúvidas sobre a factibilidade disso, assim, mas a nossa tese era Assembleia Constituinte exclusiva, ou seja, era eleger o Congresso Nacional aqui e eleger a Assembleia Nacional Constituinte aqui. De modo que a Assembleia fosse só para fazer a Constituição, para escrever a Constituição e depois se dissolvia. Mas não foi isso que prevaleceu. No fim saiu um Congresso com poderes Constituintes. E acabou resultando nessa Constituição que está aí.

A.M. - E as dúvidas a cerca da factibilidade disso são atuais, esse é um questionamento é um questionamento atual ou já na época o senhor já questionava isso?

M.B. - Naquela época eu defendi muito. Eu me lembro que escrevi um artigo que ficou assim muito citado, chamava: “Constituinte: como, quando e por quem?” Que me parecia que o tema mais importante era o “por quem”. Quem faria essa Constituinte, quem escreveria essa Constituição? E naquela época já... Os temas que hoje estão colocados já estavam colocados com mais pureza até, naquele momento. Era assim, igualdades de meios, proibição do abuso de poder econômico com a fiscalização, legalização de todos os partidos, para exprimir o arco assim, era uma coisa bem bonita, bem romântica, que depois foi sendo adaptada à vida real. Mas foi uma campanha forte que a OAB fez, ela fez vários congressos pró-constituinte. E depois quando eu fui presidente do Conselho Federal, em 1987 – 1989, aí eu peguei a Constituinte em funcionamento, que foi uma experiência *interessantíssima* também. Porque ninguém sabia direito o que ia sair dali, não é? Porque tinha havido aquela comissão de notáveis, montada pelo presidente Sarney⁴⁷, cuja ideia era fazer uma Constituição e entregar pronta para o Congresso aprovar. E ao contrário, se optou por fazer uma Constituição de baixo para cima, não é? Então tinha subcomissões, o Donato Cabral⁴⁸ foi o relator, o Fernando Henrique foi sub-relator, tinha algumas lideranças fortes ali, o Mario Covas⁴⁹ era líder do PMDB e Ulisses⁵⁰ era o presidente, e aí se começou a escrever de baixo para cima, fazia nas comissões, nas subcomissões, depois passava para uma comissão de sistematização

⁴⁷ José Sarney de Araújo Costa. Bacharelou-se em Direito na Universidade Federal do Maranhão. Foi governador do estado do Maranhão, deputado federal e presidente da República. Atualmente, é presidente do Senado Federal.

⁴⁸ Nome sujeito a conferência.

⁴⁹ Mário Covas Junior (1930-2001). Engenheiro e político. Dentre outros cargos políticos, foi governador de São Paulo entre 1995-1998 e 1999-2001.

⁵⁰ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, deputado estadual, por São Paulo, à Constituinte de 1947, deputado federal, ministro da Indústria e Comércio no gabinete Tancredo Neves. Em 1973, lançou sua anticandidatura simbólica à Presidência da República como forma de repúdio ao regime militar.

e depois era votada no plenário. Então realmente foi uma Constituinte que hoje a gente vê que tem defeitos, mas ela é mais combatida pelas qualidades do que pelos defeitos, na minha opinião. Agora, o processo de feitura, de escritura disso foi muito interessante.

R.V. - E como o senhor e a OAB estavam nesse...?

M.B. – Olha, quando eu assumi eu cheguei no meu primeiro dia de trabalho, levei um susto, porque tinha 15 convocações, 15 convites para eu depor sobre as mais variadas questões, o presidente da Ordem, não eu. E aí eu falei: “Meu Deus.” Questão militar, todas as questões. E aí nós montamos um grupo que eu dei um nome um pouco pernóstico de Bureau de Acompanhamento Constitucional, que era um grupo pequeno, mas *muito* talentoso. A Marília Muricy⁵¹, essa que está na comissão de ética da presidência da República agora, fazia parte, o Marcello Lavenère⁵² fazia parte, umas sete, oito pessoas de variadas posições, assim, e a gente se reunia várias... Lamartine Correia de Oliveira⁵³ que era professor extremamente talentoso, do Paraná, e a gente fazia reuniões toda semana, e eles iam me brifando e me preparando para eu prestar esses depoimentos e fomos discutindo. O art.5º da Constituição, que cuida dos direitos, foi escrito por nós. É o que a Ordem apresentou, a OAB apresentou, e foi literalmente. Era aquele senador do Pará, Almir Gabriel⁵⁴ que era o relator, depois foi governador, uma porção de coisa. E foi um trabalho interessante. A gente teve algumas derrotas, mas lançamos algumas teses, perdemos o quê? A Corte constitucional que a gente queria fazer, mas na qual o Supremo está se transformando cada vez mais, o Conselho Nacional de Justiça.

A.M. - Foi da OAB essa...?

M.B. - Foi, estava escrito exatamente como virou a emenda constitucional, em 2004, *exatamente* como. As duas funções: a fiscalização do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, primeira. Segunda: o planejamento estratégico econômico e financeiro do Poder

⁵¹ Marília Muricy. Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e procuradora do Estado. Integrou a Comissão de Ética Pública da Presidência.

⁵² Marcello Lavenère Machado. Advogado. Professor de Direito Civil na Universidade de Brasília - UnB. Professor da Escola Superior do Ministério Público. Foi presidente do Conselho Federal da OAB.

⁵³ José Lamartine Corrêa de Oliveira foi professor da Universidade Federal do Paraná e advogado.

⁵⁴ Almir José de Oliveira Gabriel. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Pará. Foi governador do estado do Pará e senador.

Judiciário, que nós apresentamos lá, apresentamos através do Nelson Jobim⁵⁵ que era deputado e foi derrotado. Passou na subcomissão do Poder Judiciário que era presidida pelo Plínio Arruda Sampaio⁵⁶, e depois quando chegou na comissão a gente perdeu, porque o relator que era o Bernardo Cabral⁵⁷, que tinha sido presidente da OAB, deu parecer contra alegando que a matéria não era consensual, mesmo entre os advogados. E aí a gente perdeu. Mas ficou plantado, não é? Ficou plantado e depois, em 2004, se transformou na emenda 45, que criou, entre outras coisas, o Conselho Nacional de Justiça. Mas foi uma *luta* aquilo, porque naquela época, não era uma agenda da sociedade brasileira, os advogados tinham interesse nisso, as pessoas discutiam, mas os juízes tinham *horror*, o Poder Judiciário parecia que a gente estava xingando eles, né? Eles não admitiam aquilo e fizeram um lobby extremamente forte, forte, forte.

A.M. - E funcionou.

M.B. – Funcionou, funcionou. No dia da votação, foi de manhã, nunca vou me esquecer desse dia, a gente tinha certeza de ganhar. Chegou lá foi falhando, falhando, começou com esse anticlímax do deputado Bernardo Cabral votar contra, relatar contra. E aí fomos, fomos, fomos e perdemos. Perdemos a Corte Constitucional e perdemos o Conselho Nacional de Justiça. Mas é...perdemos a batalha, mas não perdemos a guerra porque, realmente, o Conselho Nacional de Justiça hoje tem um papel importante aí. Eu acredito que a alavanca possível para levar o Poder Judiciário até onde ele precisa ir no Brasil, vencendo toda a sua inercia, os seus... as velhas rotinas, é o Conselho Nacional de Justiça. Ele é o eixo possível para você fazer uma reforma realmente do Judiciário em todos os níveis dele. Mas foi difícil por que... Isso foi em 88 já, quando a gente perdeu. Depois a Constituição foi promulgada, não é? Nós estávamos fazendo a Conferência Nacional da Ordem, Porto Alegre, e o título era “O advogado como agente transformador da sociedade brasileira”. Era mais uma aspiração do que uma descrição. Bem romântico assim, uma visão... mas bonito. E nós fizemos lá uma

⁵⁵ Nelson Azevedo Jobim. Advogado e professor universitário. Foi deputado federal constituinte, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, ministro da justiça, ministro do Supremo Tribunal Federal e, atualmente, ocupa o cargo de ministro de defesa.

⁵⁶ Plínio Soares de Arruda Sampaio. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi promotor público, deputado federal constituinte e, atualmente, preside a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

⁵⁷ José Bernardo Cabral. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas. Foi deputado estadual, deputado federal, senador e Ministro da Justiça do governo de Fernando Collor de Mello.

conferência importante, porque a Constituição estava sendo promulgada. Tanto que no dia que ela foi promulgada a gente estava ainda reunido na Conferência nacional. Foi bonito porque na hora que... Porque o Ulisses foi na abertura, Ulisses, o Bernardo, todo mundo. E aí eles fizeram discursos, e dali a três dias foi promulgada a Constituição. E aí o presidente Ulisses tinha combinado que uma hora antes, ele ligaria para avisar: “olha, a promulgação vai ser tal hora.” Então na hora da promulgação nós fizemos uma sessão solene, as pessoas choravam, tinha centenas de advogados, milhares, todo mundo chorava. E foi cantado o Hino Nacional, todo mundo de mão dada, uma coisa bonita, simbólica. Mas engolimos essas derrotas, que eram sérias e tudo, mas acabou prevalecendo uma posição. A agenda que era só dos advogados naquela época... Pouca gente sabia o que era Conselho Nacional de Justiça, para que servia, e tinha uma posição muito forte do Judiciário, como eu disse. A agenda foi ganhando, foi apresentada uma proposta de reforma do judiciário pelo Hélio Bicudo, no começo dos anos 90, acho que 91 ou 92, e isso veio vindo, veio vindo, veio vindo, em 2003 quando eu fui para o Ministério da Justiça a gente pegou aquilo, já tinha passado na Câmara e estava no Senado. Aí fizemos uma longa negociação, uma paciente negociação e acabou na emenda 45 entrando, o Conselho Nacional de Justiça, que está aí funcionando, vivendo ainda as dores da adolescência, com aquelas doenças infanto-juvenis, assim, mas está indo bem, tem feito muitas coisas, tem avançado, as vezes dá dois passos para frente um para trás, mas tem avançado constantemente, acho que hoje o Judiciário brasileiro já não é mais o mesmo. Hoje ele já é outro. O grande fator disso, na minha opinião, é o Conselho Nacional de Justiça.

A.M. - No momento da constituinte qual era a justificativa oficial da OAB para criação de um órgão de controle externo do Judiciário?

M.B. - Controle externo, era isso, que nenhum Poder podia viver sem controle externo e que o Poder Judiciário era o único. Então a gente queria saber... Controle interno, dizíamos nós, é a consciência, não é? Mas tem que ter um órgão de controle externo; o Legislativo tem nas eleições, assim como o Poder Executivo e o Poder Judiciário não tem. Essa era a *linha* nossa. E os juízes tinham horror à ideia, era uma coisa muito arraigada. Tanto que avançando para frente, quando no Ministério da Justiça eu criei uma Secretaria de Reforma do Judiciário dentro do Ministério da Justiça, houve uma proposta num tribunal de criar dentro do tribunal uma secretaria de reforma do Poder Executivo, assim, da represália. Foi difícil esse trabalho, *realmente* foi difícil. Porque o Poder Judiciário brasileiro, com todas as virtudes que ele tem,

ele tem uma herança muito arcaica, talvez... Hoje ele faz uma revolução assim. Acho que hoje o Poder Judiciário brasileiro, dos três poderes, é o que mais se movimenta, se modifica, se altera, melhora, faz experiências em relação aos outros dois poderes, sem dúvida, ele faz uma espécie de uma pequena revolução dentro dele: juízes de primeira instância, tribunais, a informatização, as novas formas de prestação jurisdicional, são coisas... Isso está acontecendo, muito estimulados pela presença, pela fiscalização, pelo estímulo do Conselho Nacional de Justiça. Mas hoje o Poder Judiciário está se movimentando, na direção daquilo que ele deve ser, que é um prestador de serviços, preocupado não com ele mesmo, mas com seu público consumidor, não é? Que somos todos nós, os cidadãos jurisdicionados. A Constituição de 1988 liberou uma litigiosidade reprimida, assim, e eles estão se virando para dar vazão a isso e encontrando novas formas dessa prestação jurisdicional, mas isso realmente tem avançado muito, tem avançado muito. Nós estamos muito fora de...

A.M. - Não, está ótimo!

M.B. - Nós temos um prêmio que foi montado no Ministério da Justiça chamado prêmio Innovare, que é o quê? Está na oitava edição, agora quinta-feira que vem a gente vai entregar o oitavo prêmio. Chama “Innovare, o Judiciário do século XXI”, o objetivo do prêmio é identificar, organizar e difundir boas práticas do Poder Judiciário; no começo era só do Poder Judiciário, hoje é do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Tribunais e dos advogados, são cinco categorias. Então a gente dá um prêmio para cada uma dessas categorias e dá algumas menções honrosas. Isso começou no Ministério da Justiça, depois foi montado um instituto que chama Instituto Innovare. Nós tivemos uma parceria privada com a Vale do Rio Doce, depois, hoje, temos uma parceria privada com as organizações Globo. E é um prêmio bom, são R\$50 mil para cada prática. Eu ganhei um prêmio Innovare, está ali. E são R\$50 mil, eu não recebi os R\$50 mil, só o prêmio, *ad honorem* assim

A.M. - O senhor ganhou pela proposta de reforma do Judiciário?

M.B. - É, foi quando eu estava saindo do ministério, eles me eram um prêmio honorífico. Agora quinta-feira a gente vai entregar; têm experiências extremamente interessantes, experiências de cidadania mesmo. E depois a gente pega essas experiências... Nós temos um convênio com o CNJ-Conselho Nacional de Justiça- e com o Conselho da Justiça Federal e

com o Tribunal Superior do Trabalho. Algumas práticas que a gente acha bem consensuais, bem recomendáveis, a gente fez convênios com eles, passando essas práticas, de modo que eles normatizem essas práticas nos seus âmbitos, que eles tornem essas práticas compulsórias, obrigatórias. Então está avançando bastante esse prêmio também.

A.M. - A academia não foi envolvida nesse processo?

M.B. - Não. O corpo de jurados dele é... tem muita academia, tem a Maria Tereza Sadek, têm juristas de todo lado, ministros do Supremo, ministro do STJ, então é um júri *muito qualificado* e que faz uma lição de casa caprichada ...discutem. E tem apresentado formas maravilhosas de prestação da jurisdição, algumas, por exemplo, desde informatização, o STJ ganhou um ano a categoria Tribunal pela informatização que eles fizeram lá, precursora, assim como um juiz do Maranhão que fazia um trabalho de direitos humanos, na comarca dele, *importantíssimo*. Assim como uma prestação jurisdicional pelo rio fluvial na Amazônia, são vários tipos de ... Tem uma outra, a Defensoria Pública ganhou, quando ela obrigou um Estado, um determinado Estado a entregar remédios para algumas pessoas portadoras de doenças sérias que não podiam ser privadas daqueles remédios. Então são experiências muito comoventes, e está funcionando bastante isso.

A.M. - Como funciona o processo?

M.B. - As pessoas inscrevem, aí a gente pega... Nós temos consultores que vão verificar se existe mesmo aquilo, se não é só um projeto futuro, se já está funcionando. Aí eles relatam isso, aí o júri é dividido em subcomissões, cada um examina as práticas; esse ano teve 450 práticas inscritas. Já teve um ano que teve 700. E aí a gente faz uma reunião plenária e atribui os prêmios e depois entrega, nós vamos entregar agora quinta-feira que vem, dia 15, vai ser no Supremo Tribunal Federal. Então é uma experiência interessante essa, porque pega aí a gestão do Poder Judiciário, não é? Já que a reforma constitucional foi feita, a infraconstitucional, na minha opinião, foi feita, o processo penal mudou muito, assim como o civil e o trabalhista na reforma de 2008. Então, agora o que precisa mesmo é cuidar de gestão. E o Innovare estimula muito isso, porque as pessoas veem as práticas, replicam, passam a adotar. Agora a reengenharia na nossa profissão é a informática, não é? Quanto mais informatizado você coloca o instrumento, melhor ele funciona. E às vezes tem soluções engenhosas, eu me lembro de um caso de um juizado em que o juiz fez um *software*, custou

R\$50 mil, foi um negócio assim que... limpou a pauta, tem medidas que estimulam isso assim, de o serviço ser mantido em dia, o cidadão poder fiscalizar aquilo em tempo real, on line, esse tipo de coisa.

A.M. - O senhor acha possível essa reengenharia da informatização ser estendida aos arquivos do Poder Judiciário?

M.B. - Acho que é fundamental, vai ter que fazer isso, digitalizar tudo.

A.M. - Mas tudo? O senhor acha que todos os processos, por exemplo, deveriam ser digitalizados ou alguns?

M.B. - Eu acho que sim, sendo que alguns que tivessem interesse especial, histórico, deveriam ser guardados independente da digitalização. Têm alguns que são documentos, são mais que memórias.

A.M. - Há uma recomendação do CNJ sobre como lidar com esses processos, não é?

M.B. - Tem, tem, tem.

A.M. - Inclusive a destruição de alguns processos por falta de local para armazená-los. Como o senhor vê essa questão?

M.B. - Isso. Eu acho que é um pecado. Acho que tem olhar não por esse critério, da falta de espaço, e sim pelo critério de: aquilo que não tem interesse histórico, que é repetitivo, eu acho que isso tem que ser digitalizado, mas é preciso fazer um exame de mérito para ver aquilo que tem interesse, assim, para a história, para a cidadania, para essas palavras mais pomposas que a gente gosta, e esses têm que ser preservados.

A.M. - Voltando um pouquinho ao momento no qual o senhor estava na presidência da OAB e a relação da OAB com a Constituinte. A questão da anistia estava na agenda da OAB?

M.B. - Não, já tinha passado.

A.M. - Nem para ser revogada, repensado?

M.B. - Não, não. Já tinha passado. Lá foi discutido muito o tema assim setorial: os militares tinham ideias, o pessoal que lidava com índio tinha ideias, os direitos humanos tiveram um

realce muito grande no art. 5º da Constituição, todos os direitos foram muito bem compendiados ali. A Constituição é um pouco analítica demais, mas é melhor ser analítica do que ser sintética, na minha opinião. Acho que ela cumpriu um papel importantíssimo, ela assegurou uma transição para um regime democrático que começou na eleição direta de 1989, de democratização do país e vem vindo ininterruptamente. Depois de 1988 nunca mais a gente teve nenhum curto circuito da legalidade, tudo aconteceu no Brasil dentro dos limites e dos marcos da constitucionalidade e da legalidade. Eu acho que essa virtude tem que ser reconhecida na Constituição de 1988. Ela sofre muitos ataques pela direita, para usar uma toponímia meio em desuso hoje. Mas são as forças mais conservadoras, assim, que querem derrubar a Constituição. Ela tem muitos artigos excessivos, ela tem muita coisa pormenorizada demais, ela tem uma tendência à regulação. Em matéria, por exemplo, de reforma agrária ela não teve coragem de ir para frente nem voltou para trás, ela ficou numa solução de compromisso que não resolveu, mas ela...ela foi relutante em muitos momentos, mas é uma obra política, é uma obra de composição de forças. Não é *dictati*, uma coisa imposta de cima para baixo. Então eu acho que naquele momento histórico foi o que o Brasil podia fazer, com todo populismo, com toda a dificuldade, com o fato de ser um Congresso Constituinte e não uma Assembleia Nacional Constituinte, mas o máximo possível foi aquilo. E ela cumpriu seu papel de pacto fundamental num país que se democratiza, que sai de um regime ditatorial. Foi uma pena a gente não ter tido uma corte constitucional naquele momento, essa é uma experiência que não se sabe se teria dado certo ou não. Mas o fato, a história indica que todos os países, naquela quadra... dos anos ...do fim do século XX, todos os países que saíram de um regime ditatorial e que foram para um regime de democracia, foram com duas coisas: a escritura de uma nova Constituição e uma Corte Constitucional para transformar aquela Constituição, para colocar aquela Constituição dentro do fluxo concreto da história do país. Assim foi na Grécia, assim foi na Espanha, todos os países, basicamente, que viveram essa experiência de sair de uma ditadura para uma democracia tiveram esse instrumento. Não sei se a gente tivesse uma corte constitucional, só encarregada de velar pela aplicação da Constituição, se a gente não teria tido uma história melhor no Brasil.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

A.M. - O senhor havia mencionado que durante o comício das Diretas Já, tribunal de Tiradentes, a OAB não se dedicava muito a fazer discursos políticos porque não ficava bem para a carreira do advogado e tal. Na sua concepção, há uma mudança de paradigma no momento em que ela vai criar uma agenda para ser discutida na Constituinte? Porque é um envolvimento político imediato.

M.B. - Acho que avançou por aí. Esses limites que eram colocados, por exemplo, a OAB não pode participar de eventos coletivos. Eles foram sendo alargados um pouco pelas Diretas, depois por outras participações da OAB, então acabou essa mudança que foi sendo quantitativa assim, acabou virando qualitativa. Então hoje ela tem ... e ela teve momentos muito importantes, mesmo antes da Constituinte, mesmo antes da Diretas Já. Agora mesmo nós tivemos uma conferência nacional em Curitiba, esse mês mesmo, e lembramos lá a conferência que teve em Curitiba em 1978, que foi fundamental, quando a Ordem era presidida pelo Raimundo Faoro⁵⁸, onde se avançou na questão das liberdades, do habeas corpus, então ela vem avançando, não é? Ela é uma instituição fundamentalmente, na origem, conservadora, a Ordem, mas ela vem caminhando, ela vem mudando assim os seus *standards* e eu acho que essa expressão que você usou é batuta, porque ela realmente hoje mudou de paradigma. Acho que seu papel político diminuiu bastante porque hoje nós temos um clima de liberdade no Brasil; ela não pode se fechar, se voltar para ela mesma e para seus interesses corporativos, mas ela precisa ficar um pouco distante de posições político partidárias. Ela precisa resistir um pouco à mídia, a tentação da imprensa que é quase irresistível e... mas cumpriu o seu papel. Acho que esse papel não é um papel que se possa idealizar, dizer que ela é porta voz da cidadania, não é, foi em num momento, hoje não é mais, mas ela tem ainda um papel importante que é um papel político autossenso, não político partidário, nem político pensando em poder ou pensando em partilha de poder, mas político no sentido de grandes teses, de grandes enunciados. Eu acho que esse papel ela vai ter durante muito tempo no Brasil, porque ela realmente cumpriu com esse papel com muita competência em momentos difíceis. Teve momentos no Brasil na ditadura que as únicas vozes possíveis de serem

⁵⁸ Raimundo Faoro (1925-2003). Foi sociólogo, historiador, cientista político, advogado, escritor e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de 1977 a 1979.

jogadas e ouvidas eram as vozes dos advogados que defendiam nas auditorias, que acusavam a tortura, que acusavam a violação dos direitos e tudo. Então, eu acredito que ela mudou de patamar nesses momentos assim.

A.M. - O senhor chegou advogar...?

M.B. – Não. Não porque eu estava em Cruzeiro quando eu voltei eu não tinha... eu acabei não tendo mercado nisso, advoguei um ou dois casos assim, mas como eu estava muito voltado para o júri, não advoguei, advoguei muito pouco, um ou dois ou três casos no máximo na auditoria.

A.M. - O senhor participou da Comissão Brasileira de Anistia?

M.B. - Participei, trabalhei bastante. Trabalhei com o senador Teotônio Vilela⁵⁹ muitas vezes, com o Luiz Eduardo Greenhalgh⁶⁰ e com todo o grupo que trabalhava, naquele tempo estava todo mundo junto, não é? Era bem explicitado, era nós contra eles.

A.M. - Tinha um objetivo comum.

M.B. - Comum, não tinha divergências do lado de cá. Até 1982, 1983, 1984, 1984 foi o auge disso, depois que começaram as divisões, assim. Até 1989 chegou-se a isso; 1989 teve aquelas divergências na eleição presidencial, mas de qualquer maneira estava todo mundo sempre... A gente sabia quem era do nosso lado e quem era contra, hoje que não se sabe mais, naquele tempo se sabia muito porque no palanque das Diretas, por exemplo, era claro isso, era o bem contra o mal, acabou, pronto, não tinha a menor dúvida. Era uma coisa... É engraçado como isso começa a mudar assim. Eu mesmo tive uma experiência pessoal, que em 1989, eu até começo de 1989 quando era presidente da Ordem, eu não manifestava posição política, política eleitoral, eu não dizia: “Vou votar no Lula, vou votar no Fernando

⁵⁹ Teotônio Brandão Vilela (1917-1983) Foi empresário, deputado estadual pelo estado de Alagoas e senador. Ficou conhecido no país como “Menestrel das Alagoas” por sua luta pela liberdade política e redemocratização do Brasil.

⁶⁰ Luiz Eduardo Greenhalgh. Graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi deputado federal e vice-prefeito de São Paulo. É advogado.

Henrique⁶¹, vou votar no Covas⁶²”, eu não dizia isso, porque eu era presidente da Ordem, a Ordem é apolítica nesse sentido. Aí em 1989 quando eu saí da presidência da Ordem eu me senti liberado. Mas liberado formalmente, porque na verdade eu fiquei problematizado, porque na eleição de 1989 tinha três candidatos com os quais eu tinha relações muito fortes. Um era o Lula que nas greves aqui de São Bernardo a gente trabalhou muito juntos com ele, a gente fazia comandos de advogados para liberar o pessoal que a polícia federal prendia durante a greve e a polícia estadual também, tinha o Ulisses Guimarães⁶³ que era amigo do meu pai, presidente da Constituinte, e tinha o Covas. Então eu falei: meu Deus. E eu senti que os três esperavam que eu manifestasse meu apoio. Aí um dia eu criei coragem e falei: “Vou em um comício lá em São Bernardo”. E fui, subi no palanque falei, dizendo que estava apoiando o Lula, gravei um programa para a TV Trabalhador, lembra, TVT que era do PT, mas depois eu ouvi queixas do dr. Ulisses quando encontrei com ele: “Esperava que você me apoiasse”. E o Covas também contava que eu apoiasse ele, tudo. Mas aí eu assumi de vez. Não entrei no PT, mas fiquei sempre companheiro de viagem deles até hoje eu sou. Isso na minha experiência pessoal, a gente pode simbolizar a experiência de todo mundo, não é? Porque estava todo mundo junto e de repente separou. Ulisses era o senhor Diretas, ele era chamado de senhor Diretas, estava todo mundo, estava o Covas, estava o Fernando Henrique, todo mundo. E de repente as pessoas perderam a inocência, não agora, vamos dividir. E aí dividiu. Eu senti essa experiência bastante com essa história que eu contei para vocês. E aí começou a vida. Mas a minha ligação com o Lula foi curiosa por causa disso. Eu era secretário da Ordem aqui, e ouvia falar nele, líder e tal, e um dia eles me chamaram, eu fui representar a Ordem numa reunião, 1979 talvez, numa reunião no sindicato dos metalúrgicos aqui em São Paulo, era um tema específico, direito de greve, uma coisa assim, um tema

⁶¹ Fernando Henrique Cardoso. Sociólogo e cientista político. Foi senador, ministro das relações exteriores, ministro da fazenda e presidente do Brasil por duas vezes (1995 a 2002).

⁶¹ Mario Sergio Duarte Garcia. Advogado. Presidiu o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (1983 a 1985). No qual presidiu o Comitê Suprapartidário que conduziu a Campanha pelas Diretas Já.

⁶² Mário Covas Junior (1930-2001). Engenheiro e político. Dentre outros cargos políticos, foi governador de São Paulo entre 1995-1998 e 1999-2001.

⁶³ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, deputado estadual, por São Paulo, à Constituinte de 1947, deputado federal, ministro da Indústria e Comércio no gabinete Tancredo Neves. Em 1973, lançou sua anticandidatura simbólica à Presidência da República como forma de repúdio ao regime militar.

jurídico. Aí eu cheguei, e puseram eu para falar depois do Lula, uma assim coisa terrível. Na hora que ele falou jogavam cadeira para cima, o pessoal batia palmas, depois eu falei, foi aquele anticlímax. Mas daí eu fui estreitando a minha relação com ele. A partir disso, em outros momentos, depois quando eles fizeram greves nos anos 1980. Como eu disse, a gente montava aqueles grupos de advogados para tirar o pessoal que ia preso, tal, então a gente foi estreitando a relação. E aí em 1989, quando teve essa dúvida minha, me lembro que o Plínio Arruda Sampaio de quem eu era muito amigo, me procurou, falou: “Marcio, você tem que apoiar alguém, agora você não é mais presidente da Ordem, você não tem nenhuma inibição”. Eu falei: “Então, Plínio, agora apoio quem?”, brinquei com ele assim. Ele falou: “Apoia o Lula, a única novidade dessa eleição é o Lula⁶⁴, apoia ele e tal...” e era o que eu queria mesmo. Então aí eu entrei nisso. Mas é engraçado como as pessoas, não é? ... Em 1978 nós fizemos uma reunião na casa do Zé Gregório, eu era secretário da Ordem, eu tinha sido eleito secretário da Ordem, para fazer uma arrecadação de fundos para campanha do Fernando Henrique para senador. Estava o Lula, estava todo mundo do que viria a ser o PT. Então, era a mesma gente, o mesmo grupo assim. Isso foi depois... Vou fazer uma digressão, o Fernando Henrique foi no *Roda Viva*, segunda-feira, e eles pediram para eu gravar uma pergunta, eu gravei essa pergunta para ele e ele acabou não respondendo direito. Era essa a pergunta: “Por que no seu governo, oito anos depois do governo do Lula, mais oito anos, nunca o PT e o PSDB, que tem tantos pontos em comum, conseguiram se unir até em oposição ao resto dos partidos, para evitar os acordos que você teve que fazer, que o Lula teve que fazer?” Ele, enfim, não respondeu.

A.M. - Essa sua pergunta tem muito desse espírito desse processo de transição?

M.B. - Tem, tem, pois é. E que seria uma coisa importante se se conseguisse ter feito isso, para evitar exatamente os acordos que ele fez, ele, Fernando Henrique, fez no governo para assegurar maioria e que o Lula fez também para assegurar maioria. Então... Porque é que PT e PSDB que tiveram a mesma origem, assim, não é? A mesma nascente de São Paulo, a mesma gente de resistência, por que eles assumiram o poder federal pela primeira vez se separaram desse jeito? Parecem irmãos siameses que foram cortados no nascimento. Ele não

⁶⁴ Luiz Inácio Lula da Silva. Foi metalúrgico, sindicalista, deputado federal por São Paulo e Presidente da República por duas vezes (entre os anos de 2003 e 2011). É co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

respondeu. E aí eu já tinha gravado a pergunta, não podia falar mais nada, eu falei, isso é difícil, tal.

A.M. – Bom, durante esse período que o senhor se torna conselheiro, secretário, presidente da OAB, o senhor ainda fazia advocacia criminal?

M.B. - Fazia.

A.M. - Como era conciliar essas questões de âmbito nacional e o cotidiano da advocacia criminal?

M.B. - Era possível. Quando eu fui presidente do Conselho Federal, eu deleguei mais um pouco na advocacia, porque eu ficava dois, três dias por semana em Brasília. Mas aqui era perfeitamente possível advogar, dava. Hoje não dá mais, a Ordem cresceu tanto que hoje ser presidente é uma atividade de tempo integral, presidente da OAB. Mas naquele tempo era possível. Eu fiz isso aqui em São Paulo e no Conselho Federal fiz parcialmente isso, não tive nenhuma dificuldade em fazer. Eu advoguei... Restringe um pouco você, não é? Porque como você está defendendo certas bandeiras assim, na advocacia criminal, as vezes você está na contramão, restringe um pouco. Eu deixei de trabalhar em algumas causas por conta disso. Me lembro até quando eu fui me candidatar vice-presidente da Ordem, eu tinha pego para defender um rapaz aqui de São Paulo que era o primeiro caso de colarinho branco, em 1985, daqueles assim vistosos, com imprensa, envolvendo o governo, tal. E aí eu fui num debate, no Rio, acho, foi no Rio e me perguntaram isso: “Mas como que o senhor quer ser vice-presidente da Ordem se o senhor defende fulano, esse bandido de colarinho branco?” Aí eu respondi uma resposta que eu repito sempre, eu falei: “Se eu fosse candidato a presidente ao Conselho de Contabilidade ou Conselho de Sociologia, eu acho que eu não defenderia. Como eu candidato a vice-presidente da Ordem dos advogados eu estou sendo advogado, então é um direito, faz parte da Constituição”, aí expliquei o direito de defesa como era, acabou sendo bom para a campanha nossa, assim. Mas algumas vezes tem um certo conflito, precisa ter cuidado um pouco. A Ordem não pode derivar para isso, ela tem que preservar intransigentemente as prerrogativas e o direito que todo mundo tem de ser defendido e de ser bem defendido, não é? Ser defendido com a melhor defesa possível. Esse conflito tem um pouco sim, tem um pouco, mas nada de insolúvel.

A.M. - Fala-se muito sobre as restrições e as dificuldades dos advogados de presos políticos durante a ditadura, tiveram a sua margem de atuação cerceada...

M.B. - Restrita, alguns foram presos.

A.M. – Isso. Com relação à advocacia criminal aconteceu algum fenômeno semelhante a esse?

M.B. – Olha um pouco. Eu me lembro que eu advoguei algumas vezes pela OAB na defesa de advogados presos, presos políticos. E fui ao Dops, fui ao DOI-Codi, fui encapuzado uma vez quando cheguei para ver uma rapaz que estava preso, uma coisa triste. Cheguei lá eles me puseram um capuz na cabeça, eu não esperava aquilo, o sujeito foi me levando pelo braço assim, aí quando cheguei no lugar, sentei, aí tirou o capuz, o rapaz estava ali na frente todo machucado, assim, sabe? Era um advogado, um advogado que advoga até hoje, e me pedindo pelo amor de Deus para não contar aquilo porque senão ia ser pior para ele, sabe? Têm certos...foi uma violência inominável. A tortura é o crime imperdoável, na minha opinião. Mas teve. Eu senti isso em algumas vezes, que não foram muitas, em que eu fui dar assistência para advogados que estavam presos. Uma vez eu tive... Eu não vou falar o nome da pessoa que me ajudou, mas era um delegado. Eu recebi uma incumbência da Ordem de levar um advogado que estava intimado no Dops, aquele Dops da pesada, do Fleury, daquele tempo, delegado Fleury.

A.M. - Operação Bandeirantes.

M.B. - Era o Dops, não era, era paralelo à Operação Bandeirantes. E aí eu liguei para lá, combinei de levar no outro dia. Aí eu estava no escritório, tocou o telefone, naquela época não tinha celular, tocou o telefone, era o delegado fulano de tal. Aí eu atendi, falei: “Oh, dr. Fulano, eu já combinei, eu vou levar o rapaz da Ordem, o advogado amanhã.” Ele falou: “Ah, tá bom, quer dizer que o senhor não vai trazer, não é?” Eu falei: “Não, eu vou.” Ele falou: “Tá bom, quer dizer que o senhor não vai trazer.” Aí eu entendi o recado. Aí eu chamei o cara lá no escritório: “Olha, recebi esse recado assim.” Ele falou: “Pelo amor de Deus, eu não vou mesmo” e fugiu. Aí no outro dia eu telefonei, falei: “Olha, ele não apareceu, estou esperando ele aqui, ele não apareceu, então vamos desmarcar isso.” Então você vê, um advogado lá de dentro percebeu que o que ia acontecer. E os outros que foram sofreram horrores, ficaram

presos, foram torturados. Então tem essa... sabe? Foi um momento difícil, ruim para o país. Vamos ver se essa Comissão da Verdade resgata um pouco essas histórias aí.

A.M. - O senhor mencionou que não havia filiação partidária durante esse período no qual se manteve em cargos como secretário, presidente da OAB etc., mas o senhor já foi vereador.

M.B. - Fui vereador, antes, lá em Cruzeiro. Foi a minha única experiência.

A.M. - Foi um caminho natural por conta de uma herança paterna ou...?

M.B. - Foi, foi. Eu pretendia lá em Cruzeiro fazer uma carreira política. Mas aí quando veio 1964 eu vi que não tinha muito futuro. Porque eu advogava para os sindicatos e tudo, então eu falei: “Ai, meu Deus.”

A.M. - Mas o senhor ainda era vereador em 1964?

M.B. - Era. Fui eleito em 1963.

A.M. - Por qual partido?

M.B. - PSP.

A.M. - Era o partido do Ademar de Barros.

M.B. - Do Ademar de Barros. O Ademar de Barros era colega de turma do meu pai, eles eram médicos os dois, então a gente era do PSP. E aí eu não tive um grande mandato, que eu vi logo que aquilo tinha, assim, cerceado as possibilidades de vida política e tudo. Eu acho que eu defleti para a OAB, eu fiz carreira política na OAB, certo? Porque eu senti que não tinha mais caminhos ali.

A.M. - Quando da instituição do bipartidarismo, em 1965, o senhor ainda era o vereador, então?

M.B. - Eu era vereador, não entrei em nenhum partido. Achei melhor não entrar, porque era Arena e MDB. Eu falei: “não vou entrar em nenhum.” Aí eu fui saindo. Durante um ano e meio, dois anos, eu tive um mandato importante lá em Cruzeiro. Eu falava melhor que os outros, assim, era mais... Era advogado, tudo. Então enchia a Câmara para assistir as sessões

e tudo. Mas depois eu comecei a achar que aquilo não dava mais, tinha passado o momento assim.

A.M. - E o senhor conciliava a carreira de advogado com a de vereador?

M.B. - É a carreira de vereador era um pouco pró-honorem. Tinha uma coisa assim de sessão de 15 em 15 dias ou uma sessão por semana, não me lembro mais, e era a noite. Então, era perfeitamente possível.

A.M. - Bom, a partir da década de 1980, corrija-me por favor se eu estiver errada, é possível a gente observar um novo programa criminalizante no país, fala-se sobre crimes contra o sistema financeiro nacional, crimes contra as relações de consumo e etc. Como o senhor atuava dentro desse paradigma nesse período?

M.B. - Olha, eu advoguei muito nisso, tenho ideias bastante claras a respeito, eu acho. O que eu penso? Eu penso que no Brasil como em muitos outros países, existe a sedução da criminalização. O sujeito acha que se criminalizar ou se aumentar a pena você resolve o problema. E não resolve. Nós temos a lei dos crimes hediondos. Algumas leis precisavam, por exemplo, a lei dos crimes de colarinho branco, precisa ser feita até hoje, porque a lei que está aí, a 7492 de 1986, ela absolutamente não compreendeu os fenômenos que se passam no âmbito da possibilidade de criminalidade econômico, financeira. Ela não pegou. Ela é de um tempo em que a economia do Brasil era fechada, era uma economia voltada para si mesma. De modo que hoje então, ela representa muito menos que isso. O código do consumidor é um código que tem virtudes, mas já precisa ser refeito. Ele não alcança mais a complexidade das coisas que estão acontecendo. As leis ambientais precisam ser modificadas também, elas ou punem de mais ou punem de menos, elas não conseguem pegar o ponto certo. Então, eu não acho que o Brasil tenha uma crise normativa, acho que o Brasil tem uma crise de instituições. O que é fundamental, não é a falta de leis, não é a falta de estipulação de punições, mas é a falta de um sistema em que você tenha uma polícia que investigue, que desvende os crimes, um Poder Judiciário que julgue os crimes, julgue rapidamente, e um sistema prisional que não estimule a reincidência. Então o que você tem é exatamente o contrário no Brasil, infelizmente. Você tem uma polícia que não desvende, os homicídios no Rio estão num nível de 3% de descoberta de autoria, o Poder Judiciário é lento, é demorado, é ineficiente, e o sistema prisional brasileiro é uma tragédia, o sistema prisional no mundo é uma tragédia. Não

tem lugar no mundo onde o sistema prisional seja bom. Nem na Inglaterra, talvez seja o melhor lugar, você tem um sistema de punição assim. Qual é a solução para isso, na minha opinião? Aqui no âmbito da prisão, no fim dessa linha de produção de criminalidade, que é na verdade, concretamente é o sistema brasileiro? É o uso cada vez mais intensivo de penas alternativas à prisão. Eu acho que é por aí que é a solução. Não é botar o sujeito na cadeia indiscriminadamente. Aqui no Judiciário é preciso que ele seja rápido, como se faz isso? Não tem milagre, não é? Tem que ser devagar, tem que ter emenda constitucional, tem que ter reforma infraconstitucional, tem que ter técnicas de gestão para fazer ele avançar para dar uma resposta rápida. E a polícia precisa um investimento como um pouco foi feito na polícia federal. Torná-la capaz de...pelos laboratórios, pelas perícias, pela investigação, pela acurácia, pelo uso de métodos modernos, para ela conseguir desvendar mais crimes. Isso soluciona, ou isso obsta a criminalidade. Não, não o aumento das penas. O que acontece no Brasil é a tal legislação de pânico, não é? Acontece um sequestro, aí eles sobem as penas, como se isso resolvesse. A lei de crimes hediondos, nós fizemos pesquisas a esse respeito no Ministério da Justiça, ela não diminuiu os crimes que estão elencados nela, não diminuiu a incidência. O fato do crime ter se transformado em hediondo, não diminuiu o acontecimento naquele crime, o que prova que ela é ineficiente, fora os trechos dela que foram considerados inconstitucionais pelo Supremo. Então a questão não é essa. O Montesquieu⁶⁵ já dizia no século XVIII, você não consegue construir uma sociedade em cima da virtude dos homens, mas sim em cima da solidez e da eficiência das instituições. Então enquanto a gente não modificar esse sistema aqui, não adianta mexer nas leis, nas leis de punição eu digo, não adianta mexer. É isso que eu penso. Cada vez mais eu penso nisso. O Beccaria⁶⁶ já dizia isso: “O que diminui a criminalidade não é o tamanho da pena, é a certeza da punição.” Como você chega na certeza da punição ou pelo menos na probabilidade da punição? É com esses três segmentos aqui funcionando. Esse aqui investigando, esse aqui julgando e esse aqui não transformando o criminoso leve num criminoso pesado, que é o sistema prisional. Então eu acho que a questão está aqui mesmo.

⁶⁵ Charles-Louis de Secondat (1689-1755). Foi um político, filósofo e escritor francês.

⁶⁶ Cesare Bonesana, marquês de Beccaria (1738-1794). Foi jurista, filósofo, economista e literato italiano.

A.M. - Como o senhor avalia, por exemplo, a participação de acadêmicos em comissões para rever códigos? O senhor acha necessário? O senhor acha que legitima esse processo?

M.B. - Eu acho importante, fundamental, embora eu tenha uma reserva muito grande em relação à eficácia da revisão dos códigos. Eu acho que a gente tem lei bastante, e as leis penais no Brasil, eu estou falando das penais, as leis penais no Brasil, aquelas que são imperfeitas, elas têm sido corrigidas pelos tribunais. De modo que a tarefa fundamental não é mexer nas leis, é mexer nas instituições. Por isso que eu digo que nós não temos uma crise de lei, nós temos uma crise de instituições. E eu vejo assim, como uma coisa relevante, é claro que a academia tem um papel importante nisso. Só que eu não acho... Na disputa entre esses dois focos, eu acho que o institucional é que é o problemático, não é o legal, não é o normativo. Certo?

A.M. - Nessa cadeia de combate à criminalidade, se é que nós podemos chamar assim, como o senhor avalia, não necessariamente o combate à criminalidade, mas como o senhor avalia, por exemplo, o aumento das atribuições das Forças Armadas que agora possuem atribuições subsidiárias para lidar com determinadas questões, o senhor vê como positiva?

M.B. - Eu penso muito nisso, eu acho que emergencialmente é positivo. A questão tem muitos prós e contras, não é? Primeiro, as Forças Armadas não são feitas para combater a criminalidade, então você perguntaria: para que elas são feitas, então? Acho que no emergencial, eu mesmo quando estava no Ministério da Justiça estimei as Forças Armadas a ajudarem, em muitos momentos, no Rio, em todos os lugares, mas eu acho que elas precisam de um estatuto, que ainda não temos satisfatório. E é preciso uma grande mudança do foco delas. Porque elas não são preparadas, treinadas para isso. Então o que é que acontece? Quando elas trabalham como agora, estão fazendo essa experiência no Rio que é muito interessante, das Unidades Policiais Pacificadoras, a tendência das Forças Armadas é lidar com inimigos, sempre, elas são treinadas para a guerra, são treinadas para ver o outro com inimigo. Então quando elas são voltadas para frente interna, elas tendem a achar isso. Então essa relação fica delicada, fica conflituosa, assim. Acho que tem que fazer com muito cuidado e tem que fazer uma reciclagem nisso, não só dando a elas um estatuto legal para fazer isso, mas também, digamos, uma reeducação de modo que elas não sejam mais voltadas

para a guerra contra o inimigo e sim para um trabalho característico de polícia que é um pouco acolher, é isso que eu penso.

A.M. - Isso não poderia ser visto como um processo de militarização da polícia ou de policiamento, não sei que melhor termo utilizar, das Forças Armadas? Não haveria uma confusão de atribuições entre as duas forças?

M.B. – É, é, pode acontecer. Por outro lado, as Forças Armadas precisam existir, o país tem... Você não sabe o que vai acontecer no mundo, o país tem riquezas que precisam ser preservadas e defendidas, mas ao mesmo tempo, elas podem exercer essas funções suplementares, mesmo ao risco delas se tornarem policializadas, digamos. Mas para isso, o que eu penso, é que é preciso reciclá-las, no sentido de elas se tornarem preparadas para lidar com uma população que não é composta por inimigos externos, são amigos internos. São pessoas que precisam ser algumas vezes reprimidas, mas que não podem ser combatidas, guerreadas, isso que eu penso a respeito.

A.M. – Bom, na década de 1990 o senhor se aproxima mais do Partido dos Trabalhadores, do PT, continua advogando, advoga no júri do Chico Mendes, tem uma importante participação no governo paralelo do PT, também. Nós poderíamos chamar essa sua atuação, nesse período, como uma advocacia militante, seria adequada essa expressão?

M.B. - Eu não penso que fosse, porque eu sempre separei muito advocacia... embora eu tenha advogado muitas vezes coincidentemente com a trajetória do PT, eu sempre procurei separar as duas coisas, a minha militância de companheiro de viagem do PT, nunca me inscrevi no PT, nem vou, e a minha advocacia. Uma vez eu disse numa entrevista isso: “eu não sou um petista que advoga, eu sou um advogado que vota no PT.” Tem a diferença da inflexão, sou mais um advogado e menos um petista. Mas o caso do Chico Mendes⁶⁷, por exemplo, foi um caso em que era uma questão política, muito, muito, muito. Era uma questão de tomada de posição e tudo. Eu entrei naquilo quando eu era presidente da Ordem do Conselho Federal, eles pediram que eu entrasse, eu entrei, depois eu saí, mas continuei no caso. E aí fiz o júri. Foi um dos poucos júris que eu fiz na vida onde eu tive a deliciosa sensação de ter toda a

⁶⁷ Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988). Foi seringueiro, sindicalista e ativista ambiental. Em 22 de dezembro de 1988, foi assassinado. Ele já havia anunciado que seria morto por lutar pela preservação da Amazônia e chegou a pedir proteção, porém não a recebeu.

opinião pública do meu lado, assim, não é? Uma coisa... todo mundo falava... aplaudia. Mas eu sempre procurei separar. A minha profissão, advocacia, tal como entendo ela, ela é tão importante que eu acho que é uma escolha. Você não pode misturá-la com uma militância partidária, não pode. Tanto que várias vezes eu fui convidado para disputar cargos eletivos, eu nunca quis, achei que não devia porque eu queria manter a minha integridade profissional, no sentido da minha liberdade profissional, de eu poder advogar contra o PT, de eu poder advogar em posições que não coincidiam com os meus amigos. Advoguei várias vezes nessa circunstância assim, em que o PT se opunha àquilo que eu estava fazendo. Mas eu nunca alienei nunca essa liberdade de advogar, nem ao PT, nem ao Lula, nem a ninguém. Eu fiz questão de manter isso, eu faço questão de manter isso. Frequentemente tem um choque, eu estou advogando para uma pessoa que o PT está contra. E eu acho que a minha natureza essencial é de advogado, não é de petista.

A.M. - O senhor poderia falar um pouco sobre a constituição do governo paralelo do PT em 1990?

M.B. – Eu... A constituição do poder paralelo do PT foi muito interessante, foi em 1990. O Lula me ligou, me convidou, aí a gente estruturou, o representante do PT perante o governo paralelo, porque o governo paralelo era fiscalizado pelo PT para não ter desvios. Era um sujeito que era meu colega de escola, de clássico, que era o Perseu Abramo⁶⁸, jornalista. Então a gente fez um trabalho interessante que acabou desembocando no Instituto Cidadania que hoje é o Instituto Lula, não é? Mas a matriz disso tudo foi o governo paralelo. A ideia era fazer um *shadow cabinet*, ter um ministro da Justiça que era o Bernardo Cabral⁶⁹ e um ministro da Justiça aqui que era eu e fazer o espelho mesmo. O gabinete fantasma. Funcionou relativamente. Acho que teve muitas ideias, teve a matriz de um amadurecimento do Lula como presidente, e depois quando desembocou no Instituto da Cidadania, acabou gerando coisas como Bolsa Família, Fome Zero, programas de alimentação, programas de agricultura. O programa de Justiça e Segurança que nós levamos para o governo em 2002, quando o Lula ganhou a eleição, era uma coisa avançadíssima. Eu acho que nunca tinha sido feito antes e

⁶⁸ Perseu Abramo (1929-1996). Foi jornalista e professor universitário.

⁶⁹ José Bernardo Cabral. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas. Foi deputado estadual, deputado federal, senador e Ministro da Justiça do governo de Fernando Collor de Mello.

nunca foi feito depois, porque era uma obra orgânica. E eu estou falando com isenção, até porque eu não participei disso, eu tinha um trabalho feito antes e tudo, mas eu não participei da escritura disso, mas é um programa harmônico, organizado, com relação de causa e efeito. Os programas alimentares de combate à fome que o Instituto Cidadania fez foram também brilhantes, tem uma contribuição séria: reforma do Judiciário, tudo isso nasceu daquela derrota de 1989 da Constituição do governo paralelo que a gente não sabia bem o que era, mas que sabia que era para se opor a quem nos tinha derrotado, sabe? E disso resultaram grandes coisas na minha opinião.

A.M. - Apesar de nessas eleições, nessa derrota de 1989, ter sido aquele momento de cisão, não é? Que o senhor havia mencionado. Então não havia um projeto semelhante também, do outro lado?

M.B. - Como assim?

A.M. - Por exemplo, o senhor mencionou que a partir desse momento de abertura política determinados segmentos que caminhavam juntos de mãos dadas, acabaram por opor, se separar, nesse momento. Então, não haveria possibilidade de elaborar projetos como projetos sociais, tais quais esses que o senhor mencionou, em comunhão com o governo?

M.B. - Olha, eu acho que sim. Até 1994, ou seja, desde a eleição do Collor, até a eleição do Fernando Henrique, havia muitos pontos comuns. Eu me lembro de ter participado de uma reunião em 1993, eu acho, eu fui convidado entre PT e PSDB para escolher uma chapa única entre o PT junta do PT e do PSDB, em que o cabeça de chapa teria sido o Lula e haveria um vice do PSDB. Muitas iniciativas haviam, sim, que eram tomadas em vários lugares ao mesmo tempo. É, com diferença de perspectiva, diferença do lugar de aonde você estava olhando, mas que eram importantes e eram coincidentes em grande parte. Em 1994 é que isso se separou, houve uma fratura séria. O PT ficou... o PT cometeu um erro gravíssimo naquele momento, que hoje é histórico, que foi se opor ao Plano Real. Quando eu vi aquilo, eu disse: “Ai meu Deus, estamos mal parados.” Por outro lado, em 1989, 1990 quando o Collor ganhou a eleição e fez aquele confisco, eu me lembro que eu fui chamado pelo PT para a gente conversar sobre isso. Eu achava que aquilo era um conto do vigário, uma apropriação indébita da... nunca tinha sido feito no mundo uma coisa daquela. Mas eu notei um certo entusiasmo de alguns economistas do PT, dizendo: “Mas será que a gente faria diferente?”

Então tem alguns erros históricos, assim. Agora, o PT teve um papel muito importante na oposição ao governo Collor. Foi ele que puxou as iniciativas que acabaram também num movimento cívico que foi o *impeachment* do Collor, que é difícil acontecer, nunca tinha acontecido no mundo, não é? Um presidente impedido sem quebra da legalidade. Tinha acontecido nos Estados Unidos, quase isso, com o Nixon, mas no terceiro mundo então, nos países emergentes nunca, nem pensar. Então aquilo foi um processo de amadurecimento institucional, assim, com muitos erros, dois passos para frente, um para trás, mas a coisa foi caminhando, não é? Até que chegou em 2002, que foi quando o Lula ganhou a eleição e ganhou a eleição com um programa, não é? Isso que é interessante, porque quando o Lula ganhou a eleição ele tinha um programa de justiça e segurança maravilhoso, que é esse que eu mencionei e ele tinha um programa de distribuição de renda no Brasil que ele sabia que era a causa final disso, não é? Era criar um capitalismo de massas para dizer de outra maneira. Ou seja, fazer uma inclusão social de tal maneira que se criasse um mercado interno dentro da lógica do capitalismo. Nessa altura já tinha caído União Soviética, todas aquelas ilusões do século XX estavam jogadas para trás, e o governo do Lula com todas as dificuldades que teve no primeiro mandato, mesmo no segundo mandato, conseguiu fazer essa inclusão, trouxe para a classe média milhões e milhões de pessoas, distribuiu renda, botou o salário mínimo sempre acima da inflação, melhorou a remuneração das pessoas, sabendo que isso era uma medida, assim, boa para o funcionamento, para o rolar da economia, isso que é importante de olhar, eu acho. A grande virtude do governo do Lula, na minha opinião, foi essa. A única vez que eu vi o Lula deprimido no meu convívio com ele, foi o dia que foram dizer para ele que o aumento do salário mínimo ia ser três reais. Ele queria *morrer*, ele saiu dali, falou: “Meu Deus do céu, mas para isso que nós fomos eleitos? Se a gente não distribuir renda o que é que nós viemos fazer? E tudo...” Mas aí foi fazendo isso, foi criando, foi metódico o trabalho assim. E o fato é que a crise de 2008 mostrou que isso estava certo, foi seguro pelo mercado interno brasileiro. Por todas aquelas pessoas que não consumiam antes, e que passaram a consumir e que, portanto, ajudavam a roda girar. Você pode usar aquela frásinha boba, que as pessoas diziam: “Não, não adianta querer distribuir a miséria”, cansei de ouvir isso, “Não adianta distribuir a miséria, nós primeiro temos que fazer o bolo crescer para depois repartir”. Quando não é isso, não é? O que é preciso é fazer o bolo crescer e ir repartindo ao mesmo tempo que ele cresce, porque aí ele

cresce mais, tem um efeito multiplicador. Eu acho que essa é a contribuição mais importante que o governo do PT deu, deu para o país.

A.M. - Como surgiu o convite para o senhor ser ministro?

M.B. - Olha, eu fui convidado sempre, não é? Assim, em 1989 eu fui convidado, quando o Lula passou para o segundo turno eles me convidaram, foi o José Dirceu⁷⁰ e o Plínio Arruda Sampaio⁷¹. Eu falei: “Está bom, então vamos fazer um programa”. Aí perdemos a eleição. Depois, 1994 também era pacífico que eu seria se o Lula ganhasse, perdemos. 1998, também perdemos. Aí quando chegou em 2002, eu estava num momento muito peculiar da minha vida assim, porque tinha acabado de nascer minha primeira neta, nasceu em novembro de 2002. Aí eu falei: “Meu Deus... Eu vou sair...” Eu tenho uma filha só, a minha família é pequena. Eu falei: “Eu vou sair daqui e vou para Brasília?” E aí fiquei esperando vendo como era, como não era. Aí um dia o Lula me ligou. Eu estava vendo a minha neta, estava entrando na casa da minha filha para ver minha neta. Aí ele ligou, a telefonista meio sem graça: Espera aí que o Lula, quer dizer, o presidente vai falar com o senhor. Aí ele falou: “Márcio, queria conversar e tal”. Falei: “Está bom, como você quer?” “Você vem a Brasília?” Falei: “Vou.” “Então você vem a Brasília e a gente almoça. ” Aí eu fui. Mas eu estava numa dúvida. Mande levantar no escritório... Eu estava ganhando bastante dinheiro, não é? E minha neta, minha filha, minha mulher. Minha mulher e a minha filha fizeram a maior oposição a eu ir para o ministério. Que depois eu vim a descobrir que era falsa, porque o dia que eu contei para elas que eu aceitei, elas ficaram numa alegria [risos]... mas aí eu fui, peguei o avião e fui. E um amigo meu foi me pegar no aeroporto. Aí eu fui conversando com ele, enquanto ele me levava para o hotel onde eu ia almoçar com o Lula. Aí eu fui falando: “Estou numa dúvida, eu vou perder toda essa advocacia florescente que eu tenho, está no auge, isso é uma coisa que eu semeio há 40 anos, e agora nasceu minha netinha, estou assim num momento bom da minha vida, tudo”. Aí quando paramos na porta, ele falou: “Márcio, se você não quer,

⁷⁰ José Dirceu de Oliveira e Silva. Advogado. Foi deputado estadual constituinte por São Paulo, deputado federal, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo de Lula. Teve seu mandato de deputado federal cassado no dia 1º de dezembro de 2005, tornando-se inelegível até 2015.

⁷¹ Plínio Soares de Arruda Sampaio. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi promotor público, deputado federal constituinte e, atualmente, preside a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

não entra lá dentro, porque se você entrar você vai sair ministro”. E foi isso que aconteceu. Eu cheguei lá, ele já puxou o assunto, eu falei: “Presidente, mas será que eu devo, você acha que eu estou preparado, não é?” Ele falou: “Pô, Márcio, você ia ser em 1989, eu perdi, em 1994, você ia ser, eu perdi, 1998 a mesma coisa, agora que eu ganhei, você não vai?” Aí eu acabei aceitando. Eu fiz só um... mas eu não resisti não. E eu tinha ideias, não é? Eu tinha um programa na cabeça, assim, Ministério da Justiça, que era reforma da polícia federal, reforma do Judiciário, o problema de cartéis, a reforma de secretaria de direito econômico, a construção dos presídios federais, eu tinha uns oito itens, assim, que estavam presentes na minha cabeça. Aí eu aceitei, esqueci a advocacia, substabeleci mil procurações que eram casos que estavam em andamento, entreguei as coisas que eu tinha para ser administradas por um banco para evitar conflito de interesse, eles me pagavam uma mesada e fui para lá.

A.M. – E o senhor manteve muitos pontos daquele programa que o senhor havia elaborado nas eleições anteriores?

M.B. - Mantive, mantive. A reforma do Judiciário... Você vê, ela estava se arrastando no Congresso desde 1990, eram 12 anos, em 2004 já foi promulgada a emenda constitucional, que criou o Conselho Nacional de Justiça. A polícia federal nós fizemos uma reforma que a gente aumentou em 90% o efetivo dela e investimos em *softer*, em equipamento, mudamos... Essa mudou de patamar realmente. Isso a gente vê aí. A secretaria de direito econômico foi a primeira vez que se fez um acordo de leniência para combater cartel. Acordo de leniência é a delação premiada, que o sujeito vai, confessa o cartel e... Fizemos busca e apreensão. Os presídios federais que hoje são um importante regulador de estoque dos presídios estaduais, você vê sempre, tem um problema, prenderam esse “Nem”, o que eles fazem com o “Nem”? Mandam para um presídio federal. Os presídios federais foram instituídos por lei em 1984, na reforma da parte geral do código penal, 1984. E eles só foram construídos na primeira gestão do mandato do Lula. Já tem quatro prontos. Agora, eu aprendi como é difícil tocar a administração pública. Uma coisa é você fazer um projeto, a outra coisa é você tirar aquilo do papel e fazer andar, *é difícil*. Que parece que a ordem que você dá, vai amortecendo, assim, né? A administração pública é uma burocracia terrível, mas foi indo, foi indo, foi indo. Eu acho que tudo aquilo que eu pensava a gente conseguiu fazer, pelo menos parcialmente, assim, que eram essas linhas assim. A campanha do desarmamento estava no nosso projeto de 2002, no projeto de governo do PT, não é? Foram recolhidas 500 mil armas, naquele ano, 500

mil armas, e foi um sacrifício, assim, um esforço, uma vontade. Então, eu saí muito satisfeito do Ministério da Justiça, achei que o que eu tinha que ter feito, eu fiz, também não queria ficar mais, estava cansado.

A.M. - O senhor destacaria dentre todos esses pontos do seu projeto, seu programa que foram colocados em prática, o senhor destacaria algum como sendo o mais relevante?

M.B. - Eu acho que a reforma do Judiciário, porque vinha atrasada e não andava. Precisou fazer uma negociação muito firme, assim, muito delicada, sofisticada, para todos os partidos. Tinha um presidente de Supremo que ajudou muito, que era o Nelson Jobim⁷², e a polícia federal. Eu acho que a polícia federal deu um salto no Brasil, e isso foi em grande parte virtude do diretor geral que foi escolhido que era o Paulo Lacerda⁷³, que era um servidor público modelar e tinha ideias claras, e começou no primeiro dia a implantar tudo aquilo, técnicas modernas de investigação. As pessoas me falam muito em abuso da polícia federal. Teve, mas assim, como doenças infantis, não é? Do processo de crescimento dela. Hoje ela está muito mais amadurecida. Nós fomos estabelecendo normas que depois se transformaram num manual de procedimento. Mas o fato é que...muitas coisas...Por exemplo, você vê, doleiro no Brasil, acabaram os doleiros, não existe mais. Antigamente saia no jornal a cotação do dólar no paralelo. Isso foi um trabalho de repressão. É o que o Montesquieu dizia lá, precisa ter instituição sólida, não adianta você confiar na virtude das pessoas, não é? Elas precisam ter medo. Uma vez o Paulo Lacerda estava viajando comigo e a gente estava conversando sobre isso e ele me falou, aquele jeito de delegado assim, carioca, charmoso, ele falou: “ministro, não adianta, o bandido não fica honesto, o máximo que ele fica é com medo”. E é mesmo, não é?

R.V. - Já serve ficar com medo.

M.B. - Pois é, resolve. Então, eu gostei muito do ministério da Justiça, eu *trabalhava* igual um louco. Me integrei imediatamente, assim. Então, acho que esses dois pontos foram importantes, mas os outros também. Essa rede de presídios federais é uma coisa importante

⁷² Nelson Azevedo Jobim. Advogado e professor universitário. Foi deputado federal constituinte, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, ministro da justiça, ministro do Supremo Tribunal Federal e, atualmente, ocupa o cargo de ministro de defesa.

⁷³ Paulo Fernando da Costa Lacerda. É advogado e policial federal.

no Brasil. Tanto que estava previsto na lei de introdução do Código Penal de 1984, e ela só foi implementada em 2004. Eu prometi para o presidente fazer em seis meses, eu não sei onde eu estava com a cabeça, levou dois anos. Ele me cobrava *toda semana*: “Você não falou?” “Não falei bem isso”, porque era difícil. Quando a gente começou a construir a primeira que foi em Campo Grande, ainda faltava montar a Guarda Penitenciária Federal, não tinha? *Nossa Senhora*, uma luta. Mas era um trabalho estimulante, sabe? Um trabalho gostoso. E eu me cerquei bem. Eu fiz algumas apostas assim, que deram certo, em que eu delegava bastante e cobrava só resultado. E eu não tinha experiência de administração, nunca tinha administrado nada a não ser o escritório de advocacia. Mas deu certo. Peguei um pessoal talentoso, começou com o Paulo Lacerda, peguei um rapaz para reforma Judiciária que é o Sergio Renault⁷⁴ aqui de São Paulo, peguei o Daniel Goldberg⁷⁵ na Secretaria de Direito Econômico. Fui montando uma estrutura assim, primeiro uma meninada de 28, 30, 32 anos e deu certo, o Antenor Madruga⁷⁶. Nós fizemos um trabalho de combate a lavagem de dinheiro extremamente importante, que hoje está *disseminado por aí*. Têm uns laboratórios de combate a lavagem de dinheiro que estão no Brasil inteiro hoje. Os Ministérios Públicos de todos os estados têm um *softers* que a gente comprou e replicou para eles. Nós fizemos um negócio chamado Enccla, Encontro anual para traçar estratégias de combate à lavagem de dinheiro, tem até hoje. Nós começamos com 26 órgãos, hoje são 80 órgãos. Se reúnem uma vez por ano para traçar essas estratégias. Então eu acho que foi uma administração, sem querer assim ficar paranoico, mas seminal, inaugural, importante mesmo. E eu peguei um Ministério da Justiça que eu tive grandes antecessores, mas o Fernando Henrique teve nove ministros da Justiça em oito anos. Com a lentidão da máquina burocrática é impossível isso funcionar. O sujeito entrava, fazia um projeto e aí saía. Entrava o outro, aí começava a apontar o projeto dele, saía. Então ficou... Eu peguei um ministério paralisado. Como eu fiquei quatro anos com liberdade plena, isso o Lula me deu, e nunca pediu uma nomeação, nem delegado, nem para tirar delegado, nem para por delegado, então deu para montar um serviço de inteligência na Polícia Federal importante. A gente comprou equipamentos

⁷⁴ Sergio Renault. Advogado. Foi titular da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

⁷⁵ Daniel Goldberg. Advogado. Em 2003, assumiu a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

⁷⁶ Antenor Madruga. Foi Advogado da União, entre outros cargos no governo. É professor do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores) e advogado.

inclusive de interceptação telefônica sérios assim, de ponta, foi uma gestão satisfatória, na minha opinião.

A.M. – E houve algum projeto que o senhor não conseguiu...

[FINAL DO ARQUIVO 2]

A.M. - Bom, houve algum projeto que o senhor não conseguiu implementar durante a sua gestão no Ministério da Justiça?

M.B. - O SuperCade. A gente tentou de todo jeito. Foi aprovado agora, mas nós fizemos pressão no Congresso, mas não conseguimos aprovar. Acho que foi o déficit maior. A gente achava que era essencial ter um SuperCaded para agilizar o Caded, fazer análise prévia e não *a posteriori* das fusões, e combater mais cartel. Mas não conseguimos; acho que essa foi a grande frustração. É, porque o resto foi tudo. A gente tinha a ideia dos três níveis da reforma do Judiciário: o constitucional, o infraconstitucional e o de gestão. O constitucional com muita negociação e fazendo, entregando muitos anéis para manter os dedos foi feito, o Conselho saiu como devia, a Defensoria Pública que é uma coisa importante num país como o Brasil, foi garantida a autonomia dela na emenda constitucional, os crimes contra os direitos humanos foram federalizados, então teve um projeto de... A gente aumentou muito o quadro de defensores públicos federais. Eu me lembro que eu fui levar para o presidente uma vez e ele disse: “Nossa, mas isso é muita despesa, tal”. Eu disse: “Presidente, isso aqui é o Bolsa Família jurídico”. Ele falou: “então dá cá...” [risos] No infraconstitucional a gente não estava acreditando em reformas totalizantes assim, reformar o Código Penal, reformar o Código Civil, não dava tempo. E era capaz de fazer uma obra que em seguida ficasse perempta e prejudicada. Então nós optamos por mudar só as regras do jogo. Processo Penal, Processo Civil e Processo Trabalhista e isso foi feito. A lei de execução civil, por exemplo, que é uma coisa que influi no Custo Brasil porque... A coisa mais difícil do mundo era executar com aquele processo bifásico, que tem o processo de conhecimento, depois o processo propriamente dito de execução, isso tudo foi superado com o projeto que foi transformado em lei. O processo penal foi agilizado. Eu já... depois que eu saí do ministério

eu estou experimentando como é o processo novo, é muito mais eficiente, o Juri, é muito mais presto, é muito mais rápido, muito mais eficiente, assim. E o processo trabalhista a mesma coisa. Mas não é com lei que se resolve, é com a mudança que... na gestão, é uma mudança de paradigma. Esse é, uma mudança de cultura. Nós temos uma herança muito pesada ibérica, assim, não é? De burocracia, de rotina, de repetição, essas coisas para tirar do lugar e pôr outras, demora, porque é uma questão de cultura, uma questão de prerrogativas, de privilégios. As pessoas se julgam encasteladas assim. Uma vez quando a minha filha era pequenininha, devia ter uns sete, oito anos, eu tinha escritório na cidade e eu fui trabalhar num sábado e levei ela para fazer hora lá, ela ficou desenhando, depois saímos para dar uma volta. Eu mostrei a praça para ela e mostrei o Tribunal de Justiça e entrei com ela dentro do Tribunal de Justiça. Eu lembro dela pequenininha, olhando aqueles ouros assim, aqueles vitrais e tal, aí ela perguntou: “Pai, o rei mora aqui?” Eu falei: “Olha, Marcela, mora.” Porque eles têm muito isso, de direito divino assim. Então essa é uma reforma que demora ainda, mas não pode parar. É igual a Transamazônica, você constrói de dia, de noite a floresta toma de novo. Então é isso.

A.M. - Só para finalizar, o senhor tem uma carreira que nós podemos considerar como plural: advogado, teve uma breve carreira como político, foi...possui uma importante carreira num órgão classe como a OAB, uma atuação importante também no Poder Executivo, como o senhor avalia o seu legado como profissional do Direito? Para utilizar a expressão que o senhor cunhou na entrevista passada.

M.B. - Eu acho que é um legado assim de que... O sucesso vem mais da transpiração do que da inspiração. É importante trabalhar. Eu vejo a advocacia muito em crise. Eu me considero fundamentalmente um advogado, eu fui em todos os papéis que eu exerci, esses todos aí que você mencionou, eu fui sempre um advogado acostumado com os ritos, com as formas, mas também consciente da necessidade de estudar, da necessidade da educação, do preparo, sem o que não se consegue ir longe. Eu acredito que, não sei se eu deixo legado, mas deixo assim um exemplo de um sujeito que trabalhou bastante, que fez o que queria, fez o que gostava de fazer, teve sorte, porque sorte é fundamental nessas coisas. E eu acho que a advocacia vai sobreviver, e eu gostaria de ser lembrado, assim, sempre como advogado, um sujeito que advogou, que defendeu, que acusou algumas vezes, mas que fundamentalmente trabalhou dentro dessa linha, eu acho que é isso.

A.M. - A última pergunta, de verdade, mesmo. O senhor para caracterizar ou designar determinado profissional da área do Direito como um notável, um admirável, que são alcunhas comuns nessa área, que características esse profissional deveria possuir?

M.B. - Um mínimo de inteligência, muita sorte e muita capacidade de trabalho, capacidade de amassar barro, como se diz assim, de perseverar. Porque a profissão é difícil, de perseverar, de insistir, de conviver com a perda, com a derrota, procurar a vitória sabendo que pode perder. Eu acho que a profissão amadurece muito você porque ao mesmo tempo que você trabalha na profissão, a profissão trabalha em cima de você. Você vê como as coisas são relativas, não é? A verdade não está pronta ali, a verdade é uma coisa que está um pouco em toda parte, que é preciso procurar para achar, é preciso aceitar as mediações, não existe absolutos, ninguém tem razão, ou não tem razão. A lógica do advogado é uma lógica da tolerância, do respeito pela divergência, pelo outro, isso você aprende não teoricamente, mas na prática da profissão. E eu acho que é isso que é fundamental. É ao contrário da lógica do ditador ou do terrorista, que não tem mediação, não tem respeito pela divergência, pela opinião contrária. A Rosa de Luxemburgo dizia: “liberdade é a liberdade de quem pensa diferente de mim.” Não é? Então *essa*, essa lição, acho que, talvez, nenhuma outra profissão dê mais que a advocacia. Porque você desde o começo você começa, você inicia convivendo com o contrário, com a divergência, com a perda, com a derrota, com a necessidade de entender a opinião do outro. Eu acho que essas são as virtudes assim e as características que constituem um grande profissional. Está bom?

A.M. - Muito obrigada, dr. Marcio.

M.B. - Obrigado você, obrigado você.

[FINAL DO DEPOIMENTO]